

Schumpeter, Keynes e o Paradigma da Destruição Criadora

Leonardo Burlamaqui^{1 2}

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Levy Economics Institute

2022

¹ [https://lburlamaqui.com.br/..](https://lburlamaqui.com.br/)

² Bolsista CAPES.

Índice

1	Introdução: O Paradigma da Destruição Criadora: 10 proposições fundamentais	3
2.	Capitalismo e inovação.	9
3.	A Ecologia da Inovação: o contexto macroeconômico - Keynes e as convergências com a perspectiva de Schumpeter.	17
4.	Empresários, atividade empresarial e decisão de inovar.	26
5.	Capital, bancos e juros.	28
6.	Lucros.	32
7.	Concorrência, destruição criadora e conflito.	37
8.	Capitalismo Corporativo, “práticas monopolistas”, e eficiência.	45
9.	Recursos, conhecimento e capacitações dinâmicas: em direção a uma teoria da firma fundada na inovação.	54
10.	Conclusão: Destruição Criadora e Economia monetária de produção: Convergências analíticas.	62
	Bibliografia	66

1-Introdução:

*“...It is my intention to show that the quintessential later Schumpeter, the author of *Capitalism, Socialism and Democracy*, held views that were not only radical, but deserve far more serious attention than they receive today, even, or perhaps especially, from scholars who think of themselves as working within the Schumpeterian tradition”*

(Rosenberg: 1994,41, grifo meu).

“The task confronting economics today may be characterized as a need to integrate Schumpeter's vision of a resilient intertemporal capitalist process with Keynes' hard insights into the fragility introduced into the capitalist accumulation process by some inescapable properties of capitalist financial structures “ (Minsky: 1986 , p.121).

O presente texto não configura um estudo sistemático, ou- por óbvio - completo, das ideias de Schumpeter. Ao contrário. Está centrado em um exame seletivo de sua contribuição à teoria econômica³, recolhendo elementos dos livros de 1912 (*Teoria do Desenvolvimento Econômico*) e 1939 (*Ciclos Econômicos, 2 volumes*)⁴, mas consolidada no livro de 1942, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Nessa obra, Schumpeter dá uma “guinada” surpreendente em sua perspectiva teórica, abandonando a teoria dos ciclos à qual havia se dedicado até então e propondo uma abordagem radicalmente nova para a compreensão do funcionamento do capitalismo. O *paradigma da destruição criadora*. Um segundo objetivo do texto é aproximar essa abordagem de Schumpeter das ideias de Keynes, devidamente “filtradas” pela interpretação “pós-keynesiana” originada com Shackle, Davidson, Minsky, Kregel e sintetizada por Carvalho, entre outros. A hipótese que me guia é da existência de um substantivo grau de convergência, e complementaridade, entre as duas abordagens. A meta é o esboço de uma síntese entre essas duas molduras conceituais.

Um fato importante a ser destacado, na partida, é a ausência, aqui, de uma discussão da teoria dos ciclos econômicos de Schumpeter, tema que ocupou seus dois livros mais “representativos”, acima citados (1912 e 1939), e, é, nesse sentido, o foco central de sua obra. A razão para tal é que, na minha avaliação, convergente com a de autores como Simon Kuznets, Oscar Lange, Henryk Grossman, Alvin Hansen, Chris Freeman, e Hyman Minsky, a teoria do ciclo de Schumpeter é, em suas duas versões,

³ Quero agradecer aos comentários e sugestões de Ernani Torres Filho, sem implicá-lo em quaisquer deficiências constantes das linhas que seguem.

⁴ Além de numerosos ensaios contidos em Swedberg (ed) 1991 e Clemence (ed) 2005; e trechos de História da Análise Econômica (1954).

frágil⁵. A justificativa que dou ao meu diagnóstico é, entretanto, distinta das dos autores que acabo de citar. Meu argumento central é de que o problema de fundo na referida teoria é a busca uma síntese teoricamente impossível: a fusão, em uma mesma moldura conceitual, entre equilíbrio e evolução. Tal síntese é impossível, submeto aqui, porque as “questões de fundo” das duas abordagens são mutuamente exclusivas⁶.

A “questão fundamental da abordagem do equilíbrio” refere-se à *ausência de mudanças*, isto é, a que condições devem existir para que o sistema atinja uma *posição de repouso*, posição essa da qual só sairia por conta de choques exógenos⁷. Por contraste, a “questão fundamental da abordagem evolucionária” é exatamente a oposta: a investigação sobre os *determinantes da mudança*⁸. As

⁵ Para uma crítica devastadora do modelo de ciclo de Schumpeter, ver Kuznets: 1940. Lange: 1941, Grossman: 1941, Hansen: 1951, Freeman: 1994, e Minsky: 1986 se somam ao coro dos que repudiam a teoria do ciclo do autor. As “duas versões” se referem ao “modelo de duas fases”, de 1912, onde à Expansão se segue uma Depressão – que de fato é uma recessão na terminologia madura do próprio autor, proposta em 1939), e o “modelo de quatro fases”, de 1939, onde expansão, recessão, depressão e recuperação configuram as quatro etapas de um ciclo completo.

⁶ Para justificativas propriamente fundamentadas dessa afirmação, ver Hahn: 1981, Rosenberg: 1994, Nelson: 2012, e Burlamaqui: 2019. O veredito de Hahn é preciso aqui: “When market power is present, the Smithian vision of the invisible hand is lost” (1984: p 116). E a crítica de Nelson a Schumpeter, com a qual convirjo inteiramente, vai ao eixo da questão: “At the time, he was writing TED Schumpeter seemed to believe that his theory of economic dynamics and neoclassical equilibrium theory of prices, while oriented to different phenomena, could co-exist comfortably. My argument is that they couldn’t. Schumpeter’s theory of innovation driven economic development not only put forth a different view of what was most important about capitalist economies. It diverged from theory that stressed equilibrium conditions regarding the assumed general context for economic action taking. It was virtually impossible to buy conceptually into both at the same time” (2012, p. 903).

⁷ Arrow: 1974, Hahn: 1984, Hahn (ed) 1994, Hahn., & Petri, F (eds): 2003. Para ser preciso aqui, quero sublinhar que abordagens centradas no equilíbrio não excluem toda e qualquer mudança. Centram-se, porém, em *mudanças na margem*, as quais fazem parte de seu programa de pesquisa, tendo no cálculo diferencial a base de seu instrumental “operacional”. Essas, porém, são mudanças mecânicas, lineares, harmônicas, e que cujo resultado é o de autocorreção. Mudanças estruturais estão excluídas do mesmo, pois não tem como ser tratadas, analiticamente, por essas abordagens. Para argumentos nesse mesmo sentido, ver Hahn: 1984 (cap.5), a nota 7 abaixo e, para uma crítica radical da (in)capacidade explanatória dos modelos de equilíbrio, Bichler and Nitzan: 2021.

⁸ Na realidade, os determinantes, características e impactos da mudança na estrutura da economia.

abordagens, como disse, são mutuamente exclusivas. Suas perguntas, pressupostos, métodos analíticos, e implicações normativas estão a cento e oitenta graus de distância^{9 10}.

Schumpeter, um dos gigantes da teoria econômica, a despeito da vulnerabilidade de sua teoria do ciclo, nunca se “livrou” desse impasse teórico-conceitual. Sua trajetória intelectual pode ser lida como um esforço hercúleo para produzir uma síntese entre equilíbrio e evolução. Nesse projeto, ele falhou. Quero sublinhar aqui, entretanto, que esse “vício de origem” não foi exclusivo desse autor. Na realidade, aqui proponho uma generalização herética: praticamente todos os outros “gigantes” da teoria econômica também foram “presas” dessa armadilha intelectual: Smith, Ricardo, Marx, Stuart Mill, Marshall, Keynes, Hayek e Minsky comungam com Schumpeter, em graus distintos por suposto, a mesma dificuldade: a oscilação entre “formulações com base no equilíbrio” e “formulações com base na evolução”¹¹.

No texto que se segue, opto por “resgatar” o *Schumpeter evolucionário radical*, destacado por Rosenberg, do *Schumpeter Walrasiano*¹². Para isso, tomo como ponto de partida, seguindo e estendendo o caminho indicado por Rosenberg, o que chamo de “paradigma da destruição criadora”, proposto no seu livro de 1942, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Para tal, utilizo a proposta teórica ali exposta para investigar, e resgatar, contribuições de Schumpeter à teoria econômica que precedem essa obra “madura”. O resultado me parece uma moldura conceitual única. Teoricamente original,

⁹ O único autor, do qual tenho conhecimento, que comunga dessa proposição “herética” é David Hamilton, um institucionalista. Seu livro de 1970, reeditado em 1991, *Evolutionary Economics - A Study of Change in Economic Thought*, provê uma exposição clara e concisa dessa impossibilidade teórica. Nas palavras de Allan Grunichy, na sua introdução ao livro: “As Professor Hamilton so ably points out, all economists will agree that their analyses should include a study of economic change. *The main disagreement arises over what should be must be included in this concept. Whether the economist takes the essence of economic change to be mere mechanical motion or, instead, significant evolutionary development has much to do with his views on the nature and scope of economic science. Where the economist takes the former approach to economic change, economics becomes a narrow discipline which is mainly concerned with the study of economic equilibrium. Professor Hamilton explains that this observation is equally applicable to Keynesian and Marshallian economics, both of which take the goal of economic analysis to be a concern with some kind of equilibrium* (1991, p.19, grifo meu). Para uma discussão mais elaborada desse tema, remeto ao livro, o leitor.

¹⁰ Por certo não estou ignorando aqui nem o “institucionalismo norte-americano” (tendo em Veblen, Commons, Ayres, Mitchell e Walton Hamilton seus representantes mais ilustres – e Alexander Hamilton, acrescento eu) nem a “Escola Histórica Alemã” (com destaque para List, Roscher, Schmoller, Bucher, Knapp, Sombart e, “se movendo nas proximidades”, Weber e Gerschenkron). Ambas, sabidamente, se opunham à tradição newtoniana das teorias Clássica e Neoclássica, e às análises centradas no equilíbrio. Apenas me esquivo, por ausência de certeza, de estender a ambas esse diagnóstico que proponho, da existência de uma antinomia entre equilíbrio e evolução, e, em especial, da ignorância da mesma pelas “mentes brilhantes” acima citadas.

¹¹ E, adiciono, essa mesma inconsistência, entre discussões centradas na mudança e pressupostos teóricos fundados no equilíbrio, persiste nos “grandes dissidentes de nossos dias”. Joseph Stiglitz, Paul Krugman, Dani Rodrik e Robert Schiller são exemplos eloquentes da mesma. Já Arrow e Hahn tinham clara percepção do quão distante estavam seus modelos, da realidade concreta do capitalismo, e sempre desaconselharam sua utilização como base, quer para o estudo concreto do funcionamento do sistema, quer como base para a formulação de políticas econômicas (Hahn: 1981 e 1984 - especialmente cap. 5 -para declarações explícitas nesse sentido).

¹² Ainda que com pretensões a fundir suas teorias do ciclo à abordagem do equilíbrio geral.

coerente, e empiricamente aderente. Uma moldura, entretanto, não uma “teoria madura”. Uma abordagem a ser resgatada, um projeto de pesquisa a ser desenvolvido.

O que o leitor tem em mãos é, portanto, um exame seletivo, e crítico, das ideias e contribuições de Schumpeter sob o filtro do *paradigma da destruição criadora*. O texto é, ao fim e ao cabo, uma tentativa de resgate de uma perspectiva analítica “despercebida”, em simultâneo, como já mencionado, a um esforço, preliminar, de síntese conceitual. Dou início ao percurso antecipando a conclusão: com uma síntese da moldura conceitual de 1942, nela inserindo as principais inovações teóricas contidas nos livros de 1912 e 1939.

O Paradigma da Destruição Criadora: 10 proposições fundamentais¹³.

1- O capitalismo é um processo evolutivo, e, portanto, histórico, onde a **mudança estrutural**- e não o equilíbrio¹⁴ - é o fato mais relevante, e mais carente de investigação.

2- A moeda e o crédito são endógenos ao sistema financeiro e o crédito é o principal veículo pelo qual os investimentos e as inovações são viabilizados.

3- A mudança econômica é um processo endógeno e irreversível, que depende da conjugação entre atividade empresarial e sistema financeiro, o que implica criação de crédito, endividamento

¹³ Phillip Aghion (junto com seus diversos colaboradores) é referência obrigatória, e fundamental, aqui. Aghion é certamente um “aliado sênior” no desafio de construir um paradigma alternativo ao neoclássico, em cuja base estão as ideias de Schumpeter (Aghion, Antonin, and Bunel: 2021 é sua contribuição mais recente e robusta ao tema). A diferença fundamental que separa sua moldura e a que proponho aqui diz respeito à definição e ao escopo da expressão, e por suas implicações na operacionalização da mesma. Para Aghion e colaboradores, o “Paradigma da destruição criadora” é definido em função da dinâmica das inovações, de seu impacto na concorrência e nos processos de crescimento (2021: cap. 1). Os autores o constroem tendo como base 3 proposições fundamentais: “The model of growth through creative destruction is also known as the Schumpeterian paradigm because it was inspired by *three ideas* put forward by the Austrian economist Joseph Schumpeter.The *first idea* is that innovation and the diffusion of knowledge are at the heart of the growth process..... The *second idea* is that innovation relies on incentives and protection of property rights.... The *third idea* is creative destruction: new innovations render former innovations obsolete” (2021: p5-6). Como se vê, o ponto de partida é bastante simples e restrito ao campo das inovações (e contém uma tautologia, na medida em que uma das ideias definidoras do paradigma da destruição criadora é o próprio conceito. de destruição criadora). Sua utilização é, no entanto, muito ampla. Leva os autores tanto a questionar o arcabouço neoclássico, quanto a propor abordagens alternativas para numerosos tópicos de teoria e política econômica. Aqui, a expressão tem uma conotação bem mais ampla: sugere um ponto de partida radicalmente distinto para a reconstrução da teoria econômica como um todo, como as 10 proposições evidenciam. São esforços convergentes, e Aghion e colaboradores tem uma obra muito mais extensa, e amadurecida, na linha que propõe. Aqui, ofereço apenas o ponto de partida para uma outra interpretação, e utilização, da mesma expressão. A tarefa que, para mim, se impõe é, portanto, desenvolver subsequentemente, o que vou propor nas páginas que se seguem.

¹⁴ O equilíbrio e o modelo de concorrência perfeita, centrais aos modelos de ciclo propostos por Schumpeter em 1912 e 1939 são lateralizados e criticados como abstrações características dos livros-texto de economia (1942: 114).

recorrente, flutuações na atividade econômica, e processos de fragilização financeira dos agentes econômicos.

4- A concorrência - entendida como rivalidade entre as empresas e “mecanismo de seleção” -é o motor dessa mudança.

5- As inovações - ou aplicações de novas ideias à esfera econômica - são as principais fontes de alimentação desse motor, isto é, as armas da concorrência, e, portanto, o principal componente das estratégias empresariais bem sucedidas.

6- Os agentes econômicos são criativos e as empresas são agentes de transformação do sistema.

7- A tecnologia, concebida como *um oceano não mapeado de possibilidades econômicas*, é a base mais sólida a partir da qual as empresas constroem suas vantagens competitivas¹⁵.

8-Inovações e progresso técnico *revolucionam periodicamente a economia capitalista e trazem consigo, simultaneamente, progresso e conflito - conflito entre o velho e o novo -*, configurando um processo contínuo de criação e destruição: o processo de destruição criadora¹⁶.

9- As instituições têm, nesse processo, um papel fundamental, na medida em que criam as condições (“regras do jogo”, estruturas legais, rotinas, regularidades e mecanismos de regulação e coordenação) onde essa tensão- endêmica- pode atenuada, administrada.

10- Por conseguinte há, neste contexto, um amplo espaço para a participação do Estado, e para a cooperação público-privada na elaboração, e implementação, de políticas públicas, em particular, nas áreas de políticas industrial, tecnológica, e de concorrência, as quais devem ter como objetivo fundamental o incremento do potencial produtivo, e da competitividade sistêmica na economia.

¹⁵ De modo mais preciso, A tecnologia pode ser definida como “um exercício da imaginação humana voltado para a transformação da natureza com fins utilitários, e cujo resultado é a criação de uma segunda natureza, que é superposta à natureza herdada (cf. Bell:1980).

¹⁶ No livro de 1942, os ciclos, objeto central das obras de 1912 e 1939, são abandonados, e substituídos por “ondas” originadas por tecnologias disruptivas – revoluções tecnológicas, portanto.

Figura 1

A PERSPECTIVA SCHUMPETERIANA: RELAÇÕES DE CAUSALIDADE



2- Capitalismo e inovação

" Capitalismo é o sistema econômico centrado na propriedade privada , onde as inovações são introduzidas via endividamento ; o que em geral - embora não como decorrência lógica - implica na criação de crédito " (Schumpeter, *Business Cycles*. 1939: vol 1, p 223)

" O aspecto essencial a captar e que ao tratar do capitalismo estamos tratando de um processo evolutivo O capitalismo é então , pela sua própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca esta mas nunca pode estar estacionário....o impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista em movimento decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte , dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista criaesse processo de destruição criativa e o fato essencial acerca do capitalismo . É nisso que consiste o capitalismo e é ai que tem que viver todas as empresas capitalistas. "

(Schumpeter: 1942, pp 112-113)

"Uma sociedade se chama Capitalista se seu funcionamento econômico se concentra nas mãos da iniciativa privada. Isto implica, em primeiro lugar, a propriedade privada dos meios de produção em segundo lugar, a produção privada e benefícios privados. Em terceiro lugar, a instituição do crédito bancário, que é tão fundamental para o funcionamento do sistema capitalista que ainda que não seja obrigatório na definição, deve ser incluído."

(Schumpeter: 1946.Capitalismo: verbete p/ Enciclopédia Britânica).

As definições acima são construídas a partir dos conceitos de propriedade privada, inovações, crédito e concorrência, e dentro de um enfoque histórico-institucional. Adicionalmente, a conceituação do que Schumpeter chama de *ordem capitalista*, a "constelação institucional e cultural "do sistema capitalista, é feita com base nas seguintes características¹⁷ :

- Moldada por parâmetros econômicos.
- Outorgadora de recompensas desproporcionais (ao esforço despendido) para as ações empresariais bem-sucedidas,
- Portadora, de uma lógica *produtivista* da "eficiência ou morte "cuja ação é semelhante a um processo darwinista (mas com uma forte dimensão lamarckiana) , e cujo

¹⁷ Para a distinção entre "Sistema" e "Ordem", ver Schumpeter: 1928.

resultado macro beneficia o conjunto da sociedade: lucros premiando a inovação estimulam o investimento e, via gastos, o emprego, consumo, renda e receitas fiscais)¹⁸.

- Sustentada por *uma estrutura política e cultural* que **precede** o sistema capitalista¹⁹.
- Uma forma apropriada de resumir o anterior seria... *"Success for business is success for everyone in the economy"*²⁰.

Inovação é o conceito fundamental da análise de Schumpeter. O princípio unificador da sua teoria²¹. Schumpeter define inovações ora como... "A introdução de novas funções de produção", ora descrevendo suas formas de manifestação:

"novos produtos, métodos de produção ou transporte, formas de organização, mercados, e fontes de matérias primas, [os quais resultam em]... formação ou anulação de uma posição de monopólio" (Schumpeter: 1912, cap. 2).

Essas definições são, entretanto, problemáticas. A primeira por ser excessivamente restritiva, a segunda por não ser propriamente uma definição, mas uma taxonomia, sem a especificação dos mecanismos pelos quais as "posições de monopólio" são criadas ou anuladas. Uma maneira alternativa, mais sintética, abstrata e precisa, de introduzir o conceito de inovação defini-lo como **"a aplicação de novas ideias à esfera econômica; cujo resultado é a dilatação do espaço econômico existente, e, nos casos de inovações radicais, à formação ou anulação de uma posição de monopólio"**²².

¹⁸ Dos pontos de vista setorial, de empresas individuais e empregos, o resultado é mais complexo, dado que o crescimento se dá via mudança estrutural propelida por concorrência através de inovações: o processo de destruição criadora. Assim, o velho é recorrentemente destruído pelo "novo", o que significa deslocamentos regionais, desaparecimento de setores tecnologicamente obsoletos, falências de empresas e destruição de empregos.

¹⁹ Essa proposição é desenvolvida através de múltiplos argumentos, os quais se interpenetram, no livro de 1942 (caps. 11-14).

²⁰ Partindo de uma perspectiva Keynesiana, ou marxista, essa frase perde parte de sua consistência, na medida em que para ambos os autores, o sucesso empresarial não necessariamente beneficiaria ao conjunto da sociedade, ou à totalidade de suas classes e /ou estratos sociais. Para Keynes as desigualdades de renda e riqueza, bem como a persistência de desemprego involuntário estão no centro de sua análise do capitalismo. Para Marx esses mesmos resultados seriam inevitáveis sob relações sociais de produção capitalistas. Somente numa perspectiva de longo prazo, centrada nos benefícios trazidos pela mudança estrutural, tais como a eletrificação, o barateamento de insumos fundamentais para transporte e habitação e a proliferação de bens e serviços de consumo a preços declinantes, a perspectiva de Schumpeter retém relevância (Como fica claro nessa formulação: "a rainha Elizabeth I possuía meias de seda. A realização capitalista típica não consiste em fornecer meias de seda para as rainhas, mas em disponibilizá-las para operárias em troca de quantidades de esforço sempre menores" (Schumpeter: 1942, p 94)

²¹ Análogo ao da teoria do valor-trabalho na análise de Marx.

²² Essa dilatação se dá através da disponibilização de novos produtos e serviços, novas matérias primas e processos produtivos, novas formas de organização, novos mercados e setores produtivos. Não necessariamente esse resultado é capturado pelas estatísticas, ainda que seu impacto possa ser gigantesco. Tomemos os antibióticos como exemplo. Quantas vidas salvaram desde sua descoberta? Quanto pouparam em tratamentos hospitalares, cirurgias e internações? O quanto vitalizaram a força de trabalho no mundo? Difícil responder a essas perguntas, mas elas nos

Essa definição alternativa não é de Schumpeter, mas é inteiramente compatível com a sua, e, na realidade, mais adequada do ponto de vista teórico, já que é conceitual e abstrata, sem deixar de ser capaz de absorver toda a taxonomia Schumpeteriana. Em Schumpeter, a inovação para a qual volta a maior parte da sua atenção, e de sua análise, é aquela que representa uma *ruptura com o padrão anterior*. Não é mudança na margem, e nem é, em regra, provocada pela escassez relativa de fatores de produção²³, o que não exclui essa motivação como possibilidade. As inovações "Schumpeterianas" são motivadas pela percepção de oportunidades de mercado; de ganho por parte indivíduos – ou empresas - *especiais*, dotados de visão, ousadia, iniciativa e capacidade organizacional (Mais a esse respeito na seção 3 adiante).

Inovações entendidas dessa forma, como "rupturas com o padrão anterior", são **inovações radicais**. Inovações radicais são as que rompem, de fato, com padrões anteriores, atravessam setores produtivos, germinam, e se convertem em dezenas, centenas, ou milhares de aplicações. É delas que surge a mudança estrutural. As inovações radicais mais "disruptivas" são as que se transformam em **tecnologias de utilização genérica** (Lipsey, Carlaw, and Bekar, 2005). Dito isso, Schumpeter não perde de vista o fato de que inovações radicais coexistem com, e se alimentam de, "**inovações incrementais**". Essas constituem, sim, *mudanças na margem* das inovações radicais. Inovações incrementais são, entretanto, um elo fundamental na materialização dos aumentos de produtividade, investimento, e produção, possibilitados pelas inovações radicais; e um "combustível permanente" da concorrência intercapitalista. Christopher Freeman explicita esse ponto com clareza:

*"The macro-economic effects of any basic innovation are scarcely perceptible in the first few years and often for much longer; **what matters in terms of economic growth, investment and employment, is not the date of the basic innovation, important though that may be for historians; what matters is the diffusion of basic innovation, the swarming process, the period when imitators begin to realize the profitable potential of the new product or process and start to invest heavily in that technology**" (Freeman: 1982, grifo meu)*

Schumpeter indica a diferença entre ambas, e reconhece sua importância, mas não se aprofunda na análise de suas conexões e implicações. Nathan Rosenberg e Chris Freeman são, na perspectiva Schumpeteriana, pioneiros no aprofundamento dessa discussão (Rosenberg: 1976, 1982 e Freeman: 1974, 1982).

dão uma indicação clara de que nem todos os processos de "dilatação do espaço econômico", ainda que radicais, possam ser adequadamente mensurados.

²³ Inovação em Marx: Progresso técnico. Entendido como aperfeiçoamento das condições de exploração da força de trabalho, geralmente poupador de mão de obra; e motivado pela "lógica do capital", particularmente pelo conflito $K \times L$ (Para outra vertente dos determinantes do progresso técnico em Marx: Rosenberg: 1976). Inovação na teoria Neoclássica: modificação na relação K/L . Mudanças são feitas na margem, e tem como motivação a escassez relativa de fatores de produção (Hicks: 1939).

Quanto aos efeitos das inovações, é necessário precisar os diversos ângulos pelos quais podem ser percebidos:

- Do ponto de vista da *empresa inovadora*: ganhos de produtividade / performance, qualidade e - frequentemente - a monopolização temporária de uma oportunidade de mercado; cujo resultado é a obtenção de lucros extraordinários.

- Do ponto de vista da *estrutura econômica*: criação de novos setores e rejuvenescimento de setores existentes. Em outras palavras, uma reciclagem permanente do espaço econômico existente, através da sua dilatação.

- Do ponto de vista da *concorrência*: criação de assimetrias competitivas, e alteração na configuração das estruturas de mercado.

- Do ponto de vista do *impacto macroeconômico*: modificação de agregados e parâmetros do sistema (ou, em termos Keynesianos: incremento da capacidade produtiva, e da demanda efetiva, e mudanças nas expectativas de curto e longo período. Ver seção 3 adiante).

Aqui se impõe um esclarecimento sobre um ponto crítico na discussão do impacto das inovações, e sobre o qual Schumpeter não se pronuncia. Do ponto de vista “sistêmico” inovações *não* são inexoravelmente “produtivas” ou “positivas”. Podem ser improdutivas ou mesmo, destrutivas²⁴. Tomemos como exemplo a bomba atômica. Do ponto de vista militar criou uma “posição de monopólio” para os EUA, de curta duração. Do ponto de vista do “sistema global”, não criou qualquer benefício permanente. Criou, sim, a possibilidade concreta de eliminação instantânea de milhões de vidas humanas, destruição de cidades inteiras, e, no limite, de extinção do planeta por efeito de consequências não pretendidas de decisões tomadas em momentos de extrema incerteza e pressão.

O mesmo raciocínio se aplica para as tecnologias militares de modo geral. Armas químicas e biológicas são exemplos particularmente elucidativos nessa questão: são meios de destruição, e não de produção. Quanto aos efeitos não militares da pesquisa para fins militares, do ponto de vista da geração de inovações e novas tecnologias, eles são, sem dúvida, positivos. Mas não há nenhuma razão teórica, ou científica, para que os mesmos efeitos não possam decorrer de pesquisa para fins não militares.

Uma última palavra acerca da conceituação de inovação: qual a sua **causa**? Embora esta pergunta não receba resposta extensa ou cuidadosa nos escritos de Schumpeter, quero propor que há boas pistas para ela na sua reflexão. As quais apontam para o fato de que o capitalismo, ao concentrar a energia humana sobre tarefas econômicas, e ao oferecer prêmios significativos pela expansão do espaço econômico existente, cria um meio ambiente extremamente favorável para a aplicação de

²⁴ Como veremos adiante (seção 4) William Baumol (1993) abre essa linha de argumentação, e investigação, do conceito de “empreendedorismo”.

novas ideias a esfera produtiva. Há uma passagem particularmente elucidativa a este respeito no livro de 1942:

"A sociedade burguesa foi fundida num molde puramente econômico: suas fundações, vigas mestras e traves são todas feitas de substância econômica. O edifício está voltado para o lado econômico. Os prêmios e as penalidades são medidos em termos pecuniários. Subir e descer significa ganhar e perder dinheiro. ... As promessas de riqueza e as ameaças de destruição que faz, ele cumpre com rude presteza. Sempre que a maneira burguesa de viver se afirma com força suficiente para obscurecer as luzes de outros mundos sociais, tais promessas são suficientemente fortes para atrair a grande maioria de cérebros acima da média e para identificar o êxito com êxito nos negócios" (Schumpeter: 1942 pp. 100-101).

Colocado por outro ângulo: o capitalismo é o sistema social onde os valores econômicos assumem - Marx diria "definitivamente", Polanyi o contestaria afirmando "pela primeira vez" – uma posição de hegemonia cultural na sociedade. A percepção deste fato contribui, sem dúvida para esclarecer a natureza essencialmente econômica de seu dinamismo²⁵. É neste sentido que deve ser entendida a afirmação de Schumpeter de que as conquistas econômicas da época capitalista devem ser atribuídas ao sistema capitalista e não meramente ao progresso técnico considerado como algo independente e exógeno. É também a partir da consideração anterior que proponho que a pergunta correta a ser feita numa perspectiva Schumpeteriana é *porque não surgem inovações em uma economia capitalista*, ao contrário da pergunta tradicional de "por que elas surgem"?

Essa "pergunta tradicional" é absolutamente pertinente para sociedades não capitalistas²⁶. Mas, uma vez concluída a transição para o capitalismo, **a questão deve ser invertida**: em uma sociedade que premia, desproporcionalmente, o sucesso econômico e a inovação bem sucedida, por que não surgem, de forma sistemática, inovações²⁷? Isto é, **por que -e sob que arquitetura institucional - o capitalismo**

²⁵ Isso não significa o endosso, por mim, de qualquer dicotomia analítica – separação radical - entre "economia e sociedade", "economia e política" ou "mercado e Estado". Não as subscrevo. Trata-se apenas da constatação, concordando com Schumpeter, de que no capitalismo, as dimensões econômica e financeira da existência cotidiana – tanto para corporações quanto para indivíduos – assumem um peso econômico e cultural maior do que em sociedades anteriores, ou não dominadas pela "lógica da acumulação" e o "desejo de enriquecimento".

²⁶ Max Weber é o autor que talvez quem tenha se aproximado mais de uma resposta complexa, multidimensional e interdisciplinar, para essa questão. Não o Weber da Ética Protestante (1904-5), seu texto inicial para enfrentar essa questão, mas o Weber "maduro", cujas análises propostas em Economia e Sociedade (1922, esp. parte 1 ; cap. 2 "Sociological Categories of Economic Action) e em História Econômica Geral (1923), apresentam um fôlego analítico e uma abrangência histórico-institucional muito superiores à "Ética"(Ver Collins: 1986, cap. 2, para uma reconstrução magistral da "teoria madura do capitalismo", de Weber).

²⁷ O mantra da Fanuc, uma das mais bem sucedidas empresas do mundo nas áreas de automação e robótica, sintetiza bem esse ponto: *"Innovate, automate, or..... evaporate "* (Fanuc Robotics advertising , 1986.).

tende a se converter em um sistema propellido pelas inovações, **e quais são os fatores que impedem que ele o faça**²⁸?

Essa é uma questão não completamente elucidada, apesar de crucial para o estudo de processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Uma pergunta para a qual nenhum historiador ou estudioso do capitalismo conseguiu, até agora, como notou Fernand Braudel, dar uma resposta conclusiva²⁹. Mostrar **como** este processo se desenvolve foi exatamente a tarefa que ocupou Schumpeter durante toda a sua vida intelectual.

²⁸ Aqui, a abordagem de Keynes, bem como a de autores pós-keynesianos dá uma contribuição importante para responder a essa questão, ao demonstrar como em uma “economia monetária de produção” inextricavelmente vinculada à incerteza, a moeda e os ativos financeiros *competem com o investimento produtivo*, o que implica uma ameaça à inovação “schumpeteriana”, sempre passível de se manifestar. Mais a esse respeito na seção 3, adiante.

²⁹ Para contribuições importantes nessa linha, ver Collins: 1986, Landes: 1969, cap1 e 1998, McCraw (ed): 1998, Pomeranz: 2000, Reinert: 2007, Mokyr: 2016, e , Zachary Taylor: 2016.

Figura 2



Figura 3



3. A Ecologia da Inovação: o contexto macroeconômico - Keynes e as convergências com a perspectiva de Schumpeter.

*"O aspecto essencial da TG ... é uma profunda análise de como as forças financeiras...
...interagem com a produção e o consumo para determinar o produto, o emprego, e os preços "* (Minsky,1986).

*"Parece-me que a teoria econômica é.....um modo de pensar; e que você não repele com firmeza as tentativas. . . . para transformá-la em uma ciência pseudo-natural quero também enfatizar vigorosamente **o fato de ser a economia uma ciência moral**..... já afirmei que ela lida com a introspecção e com valores. **Poderia ter acrescentado que lida com motivações, expectativas e incertezas psicológicas.** Devemos precaver-nos continuamente quanto ao tratamento do material como homogêneo e constante (Keynes: carta a Harrod, CWJMK: XVI pp 296-7 e 300, grifos meus).*

A compreensão do "ambiente macroeconômico" onde são introduzidas as inovações, e como ele condiciona as motivações e restrições dos agentes econômicos, são dimensões pouco trabalhadas por Schumpeter³⁰. A interpretação, pela abordagem *pós-keynesiana*, das ideias de Keynes provê uma grande contribuição para o esclarecimento dessas questões. Ela foca na moeda, suas características, e no modo como suas propriedades condicionam os processos de tomada de decisão pelos agentes econômicos; e parte para a construção de uma perspectiva teórica radicalmente distinta da neoclássica, e convergente com a de Schumpeter, para analisar o funcionamento das economias capitalistas.

O ponto de partida da teoria de Keynes sobre o funcionamento do capitalismo se materializa no conceito de **economia monetária de produção**, definida como um sistema no qual ...

" A moeda tem um papel próprio, influi sobre motivações e decisões, [sendo], em suma, um fator crucial de modo que nada se possa dizer sobre o curso futuro dos acontecimentos, no longo ou no curto período, sem a compreensão do seu comportamento; de forma que " mudanças de pontos de vista sobre o futuro influenciam as decisões tomadas no presente"

(Keynes: 1973, CWJMK, XII, pp 408-9)

Utilizando as ideias de Shackle, Davidson, Minsky e Carvalho, é possível sintetizá-la partindo de quatro elementos constitutivos do sistema, e uma consequência da sua interpenetração:

- *Agentes dotados de poder de escolha,*
- *Tempo irreversível (histórico)*
- *Tempo expectacional (subjetivo)*

³⁰ Noto aqui, entretanto, que seu livro *Business Cycles* (1939) está coalhado de observações prescientes a esse respeito. Elas, porém, estão são sistematizadas.

■ Incerteza

A consequência é a *não-neutralidade da moeda* tanto no curto como no longo período, e seu papel central na organização da economia capitalista. Vejamos essa construção de forma analítica: A presença de agentes econômicos com *poder de escolha*, mas também submetidos às *dificuldades da escolha* significa que eles são **criativos** e, simultaneamente, **conscientes de que podem errar**. Poder de escolha se traduz, do ponto de vista empresarial, em *diversidade comportamental, ou multiplicidade de estratégias*.

Dito de outra forma: **os agentes econômicos são criativos na sua interação com o meio-ambiente que os cerca**. Isso se traduz, do ponto de vista das implicações conceituais, em dois resultados:

■ Os contextos em que os agentes decidem não **se repetem, na medida em que o padrão de interação entre as decisões muda continuamente** (*Contextos não-ergódigos, nas palavras de Davidson :1984*).

■ **O futuro não preexiste ao presente, pois é construído no presente por agentes criativos, porém ignorantes das ações dos demais e, portanto, do impacto coletivo das suas próprias ações no futuro, na medida em que as mesmas só se revelam quando da sua interpenetração com as "outras"**.

■ Em uma frase, agentes criativos implicam **vários futuros possíveis, ou, de forma mais direta, na sua imprevisibilidade: o futuro só pode ser conhecido quando ele se tornou passado...**

É justamente a partir do anterior que se abre o espaço próprio para a inserção do *segundo princípio operativo* da economia monetária de produção: o conceito de Tempo. A teoria econômica, até então, havia incorporado um *conceito mecânico de tempo*, onde passado, presente e futuro são apenas momentos de uma sequência passível a ser conhecida e, portanto, pré-determináveis (cf. Shackle, 1968: cap.1). O ponto de partida alternativo, os conceitos de tempo histórico e expectacional, implica no abandono do paradigma mecânico-newtoniano e na *consideração da mudança no tempo como uma consequência também da influência das características do tempo sobre a mudança*, o que obriga encará-la como um processo contínuo de destruição e reconstrução de situações *sobre determinado por duas dimensões temporais simultâneas, porem distintas*:

■ **A influência do passado sobre o futuro** dada pela "memória" do sistema econômico, isto e, pelo peso das decisões tomadas no passado, consubstanciado nas estruturas econômica, institucional e empresarial existentes. Numa palavra, o condicionamento das decisões sobre o

futuro pelas estruturas do presente e decisões tomadas no passado: **tempo histórico, irreversível** (vale dizer: *especificidade de ativos, durabilidade* do capital fixo e *endividamento*).

■ **A influência do futuro sobre o presente** através das expectativas sobre ele formadas pelos agentes, no momento das suas decisões: **tempo expectacional, subjetivo** (“The future is unknowable, but not unimaginable”. Lachman citado por Vaughn:1994 p. 152).

Aqui cabe um argumento fundamental, de modo a justificar o anterior. Por que o *futuro* tem tanta importância sobre as decisões tomadas no presente? A resposta está no fato de que grande parte das nossas ações presentes estão voltadas para, ou *orientadas pelo*, futuro: São decisões cujo impacto ou maturação só se dará *adiante*. Isso é particularmente claro quando o tema é *riqueza*, acumulação ou alocação de recursos. Quando articulado à *dimensão histórica do tempo*, esse ponto de vista nos leva à seguinte conclusão: As ações presentes, ou decisões, são, portanto, parcialmente **limitadas** pelas consequências de ações passadas e, como já indicado, pela impossibilidade de antecipar, calcular, prever, de modo seguro, seu desdobramento no futuro.

Diante da influência do futuro sobre as decisões correntes, e de nossa ignorância a seu respeito, torna-se imperativa a introdução do quarto postulado acima referido: a **incerteza** (e as expectativas por ela condicionadas³¹) surge como elemento indissociável da ação econômica, isto é, da racionalidade dos agentes econômicos. Isso por sua vez, cria espaço para o conceito, cunhado por Shackle, de **decisões cruciais**. As decisões dos agentes são cruciais *tanto por suas causas*, na medida em que são tomadas por "átomos que criam", isto é, por indivíduos, firmas e bancos orientados por propósitos múltiplos - racionalidades distintas -, e cuja ação é condicionada pelo "contexto material.... e pelas estratégias de outros agentes" (Carvalho: 1992 p23); quanto *pelas suas consequências*- elas destroem o contexto onde foram tomadas criando irrepetibilidades, descontinuidades, e a possibilidade de futuros alternativos. **Decisões cruciais são, nesse enfoque, fundamentalmente aquelas referidas a inversão, alocação de riqueza, e escolha de estratégias competitivas.**

O *investimento* é uma decisão crucial, pois - sua *causa* - o conhecimento que seria necessário para sua correta avaliação simplesmente não existe no momento de sua decisão; e -sua consequência- porque muda o contexto de onde se originou. Como Keynes evidencia, "o nosso conhecimento dos

³¹ Aqui, é possível introduzir um terceiro tipo de expectativas aos dois – expectativas adaptativas e expectativas racionais - já consagrados pela teoria econômica: **expectativas condicionadas**. Sua formação reflete o condicionamento dado pelas visões, subjetivas, de futuro formadas pelos agentes nos momentos de tomada de decisões cruciais; e as restrições institucionais, tecnológicas e financeiras legadas pelo passado. Em contraste direto com as expectativas racionais, o agente não necessariamente tem o mesmo “modelo” da economia – por que teriam? – e mesmo que tivessem, não teriam como tomar decisões convergentes, dadas as restrições, para as mesmas, impostas pelas restrições passadas. Nesse sentido, a multiplicidade de estratégias é ditada não apenas pela criatividade dos agentes, mas também pelo entrecruzamento das implicações da existência dos tempos histórico e expectacional.

fatores que regularão a renda de um investimento alguns anos mais tarde é, em geral, muito limitado e, com frequência, desprezível" (Keynes, 1973, pág. 125). *Em uma frase: investir é se tornar ilíquido sem o conhecimento sobre as possibilidades de recuperar a liquidez.* A contrapartida é que investir pode significar a criação de uma fonte duradoura de renda – ou um fluxo de caixa positivo – que se materializará no futuro.

Sendo a incerteza o elemento central, no processo de tomada de decisões cruciais, sua conceituação de modo mais preciso torna-se imperativa. O anterior implica numa diferenciação entre os conceitos de *incerteza* e *risco*. Para Keynes, o risco é probabilístico, e a probabilidade é uma relação funcional, regida pela lógica formal, que associa um dado conjunto de pressupostos a determinadas conclusões (Keynes, 1973, vol. VIII, pág. 106). O risco é, portanto, calculável. **A incerteza não o é**, pois, a informação necessária para que o fosse simplesmente *não existe*. Incerteza é, sinteticamente, um outro nome para *ignorância a respeito do desdobramento de eventos presentes no futuro, e do surgimento de eventos futuros não antecipados no presente: Precariedade das bases do cálculo econômico*.

Assim sendo, os agentes na formação das expectativas substituem o desconhecido, ao qual seria "insensato...atribuir grande importância" (Keynes, 1973, pg. 124) por *convenções, criatividade, e animal-spirits, inventando as informações de que não dispõe*, na elaboração e previsão de cenários futuros. Esses cenários, no entanto, e por isso mesmo, estão sujeitos a alterações radicais, na medida em que sua âncora é - fundamentalmente - *um elemento subjetivo chamado estado de confiança* (Possas, 1987, p. 134)³².

Conseqüentemente, numa economia monetária, cuja produção destinada ao mercado é realizada por agentes privados autônomos com vista a obtenção de lucro, e onde a incerteza é uma característica estrutural, as expectativas que informam as decisões dos agentes econômicos estão sempre sujeitas ao **desapontamento**, o qual faz parte do *cotidiano das empresas operando em tempo em tempo histórico*. Nesse universo de incerteza, a **moeda assume, por suas características especiais, um papel central. Como equivalente geral, torna-se - por força legal - unidade de denominação de contratos e por ter um valor dado por sua liquidez se torna um ativo.**

A *não-neutralidade da moeda* resulta, portanto, do seu funcionamento não apenas como um *meio* (teorias neoclássica e *quantitativa da moeda*) mas, como um fim. Essa interpretação está escorada na presença de incerteza, e, com ela, da incorporação de novos papéis para a moeda. Em particular os atributos da **flexibilidade** expressa na *capacidade de liquidar passivos no tempo, isto é,*

³² Cabe notar que padrões estáveis na formulação de expectativas não implicam numa economia estacionária, visto que o conteúdo das mesmas é variável (Ver Possas, 1987, pág. 135, nota 211).

liquidez, e na sua propriedade de ser riqueza abstrata, isto é, poder de comando sobre bens e serviços em forma abstrata (ou ainda, *transportar poder aquisitivo no tempo*).

Nessa perspectiva, a moeda é concebida como uma *convenção* cuja **função** primordial **não** é a de ser *meio de pagamento*, mas, *unidade de conta e denominação de contratos*, e cuja **característica distintiva** é justamente, como mencionado acima, seu *prêmio de liquidez*. A **liquidez**³³ da moeda, isto é, sua consideração como o mais flexível dos instrumentos de acumulação de riqueza dirige a análise, nas palavras de Minsky, para a indagação sobre "*como as forças financeiras interagem com a produção e o consumo, para determinar o produto, o emprego e os preços*" (Minsky, 1986: p. 100); o que obriga a anular completamente a dicotomia clássica (e necessária no âmbito das teorias de equilíbrio geral) entre "lados" real e monetário da economia.

O atributo da liquidez, por sua vez, depende *de características peculiares*: elasticidades de produção e de substituição zero ou negligíveis (Keynes, 1936, cap. 17). Vale dizer, da validade das hipóteses de que:

■ A variação da demanda por moeda não desloque sua oferta. Isto é, que a oferta de moeda seja exógena. Se for endógena, a oferta de moeda tenderia a sancionar variações de preço *instabilizando-a* tanto como unidade de denominação de contratos, quanto como reserva de valor)³⁴.

■ Não exista nenhum outro ativo no sistema, que cumpra as funções da moeda de forma tão eficiente quanto ela (Caso exista, este *outro ativo será também moeda* no sistema. Problema: com *várias moedas* surge imediatamente *a questão da taxa de câmbio entre elas* o que introduz um elemento adicional de incerteza no horizonte de tomada de decisões dos agentes).

Se as duas condições anteriores ocorrem, então a posse de moeda não só permite a postergação de diferentes decisões por parte dos agentes econômicos, como também se constitui numa opção racional para a alocação de riqueza, concorrente com os demais ativos do sistema econômico. Nessa perspectiva, sendo a liquidez um *benefício associado à posse de moeda*, sua renúncia

³³ Liquidez: retorno não monetário, ligado à proteção, flexibilidade, capacidade de ajuste a um meio- ambiente modificado. Deve embutir *rapidez na transação e capacidade de conservação de valor*.

³⁴ Hoje há um certo consenso de que a oferta de moeda é endógena ao funcionamento do sistema financeiro, e que os Bancos Centrais não a controlam. A utilização da taxa de juros e de metas de inflação são instrumentos imperfeitos de estabilização do valor da moeda. Isso problematiza a ideia de que a mesma seja sempre absolutamente líquida. Em situações de inflação, liquidez absoluta da moeda se desfaz, e migra para títulos da dívida pública, ou moedas estrangeiras consideradas "soberanas" e estáveis. Ainda assim, a liquidez dependerá do compromisso da autoridade pública em honrar seus compromissos, e da volatilidade da taxa de câmbio. Minsky é preciso a esse propósito: "liquidity is not an innate attribute of an asset but rather that liquidity is a time-related characteristic of an ongoing, continuing economic institution" (1986: cap.9)

requer um *prêmio*. É exatamente essa, a definição de Keynes para a **taxa de juros**, o que obriga a concluir que na sua origem estão a incerteza e a divergência de expectativas: **A taxa de juros é o prêmio pela renúncia à liquidez**³⁵. Deste ponto de vista, a taxa de juros é uma *medida da desconfiança em relação ao futuro*.

Um ponto fundamental a ser sublinhado aqui é o seguinte: enquanto a alocação de capital em recursos produtivos cria empregos e ativa a demanda agregada no sistema, sua conversão em moeda (de modo mais geral, em riqueza produzida, ou direitos sobre a mesma, com graus variados de liquidez) não o faz. A demanda por moeda (e ativos financeiros) via preferência pela liquidez afeta, portanto, diretamente o nível de emprego e de produto da economia, tanto no curto, como no longo período. O corolário dessa linha de argumentação, é que não há, no sistema econômico, mecanismos de ajustamento automático ao pleno emprego, ou, garantia de plena utilização da capacidade produtiva da economia. Voltamos ao ponto de onde partimos nessa seção: este é um sistema onde

*" A moeda tem um papel próprio, influi sobre motivações e decisões, [sendo] , em suma , um fator crucial de modo que nada se possa dizer sobre o curso futuro dos acontecimentos, no longo ou no curto período , sem a compreensão do seu comportamento ; de forma que mudanças de pontos de vista sobre o futuro influenciam as decisões tomadas no presente" (Keynes, 1936, cap. 13)*³⁶

Dadas as expectativas e conseqüentemente a preferência pela liquidez dos agentes, suas decisões de gasto determinam a demanda efetiva (ex-ante) da economia, a qual -por sua vez - determina os níveis de emprego e renda a cada período de produção. Mais precisamente, são os resultados efetivos (demanda efetiva ex-post), decorrentes, fundamentalmente, de um lado, das expectativas de longo prazo das firmas à respeito dos rendimentos esperados oriundos da aquisição de bens de capital, e, de outro, da preferência pela liquidez de firmas e bancos- dada a passividade do consumo frente à renda - que estabelecem a renda da economia a cada período de tempo (cf. Davidson: 1972).

O sentido da determinação pode ser assim resumido: **Gastos → Renda**. É o chamado *princípio da demanda efetiva* de Keynes³⁷, ponto de chegada de sua crítica à teoria neoclássica. Aqui, é

³⁵ Ver adiante no texto a definição de taxa de juros em Schumpeter, a qual é convergente, mas mais complexa que a de Keynes.

³⁶ Aqui fica absolutamente clara a dimensão "expectacional" do tempo acima sublinhada.

³⁷ Esse mesmo princípio foi elaborado inicialmente em 1935, e de uma perspectiva marxista, por Kalecki. Sua formulação é concisa e resulta em uma conclusão tão útil quanto contra intuitiva: "*trabalhadores gastam o que ganham, capitalistas ganham o que gastam* " (Kalecki: 1939 [1977, p76]). Sua formulação pode ser resumida como segue:

fundamental *destacar que os agentes determinam ex-ante, via decisões de gasto-investimento, produção e consumo- os volumes de renda e emprego, mas, não conhecem sua magnitude ex-post, agregada. Isto significa que o equilíbrio, se houver, é acidental.*

É nessa moldura conceitual que é preciso reintroduzir a questão central proposta por Keynes e pelos pós-keynesianos: *por que as expectativas sobre o futuro têm um papel tão crucial na acumulação capitalista?* A resposta é, como aponta a discussão anterior, porque são formadas num contexto de incerteza, passíveis de frustração e, originadoras de comportamentos instáveis e estratégias embebidas em atitudes defensivas, isto é, graus variados de preferência pela liquidez. Neste contexto, fica patente que estratégias empresariais formuladas em contextos de incerteza, requerem *respaldo institucional*. As instituições desempenham um papel central, na medida em que se constituem num dos fundamentos da ordem econômica pois são elas que organizam, conjuntamente com o mercado, as interações e a coordenação entre os agentes econômicos.

Nessa moldura conceitual, as **instituições e convenções** modelam a "visão de mundo", as expectativas e os comportamentos dos indivíduos e das empresas, condicionando suas ações efetivas no ambiente real, isto é, por exemplo, o quanto as firmas investem, cooperam ou competem no mercado. Por isso, a presença - e as implicações - de **contratos de longo prazo** é crucial para a teoria econômica de Keynes. Roberto Frenkel propôs uma redefinição do conceito de economia monetária que aponta diretamente para as inovações conceituais acima referidas: *"Uma trama de contratos explícitos e implícitos, que tem o dinheiro como denominador comum, por meio da qual se organizam o trabalho, a produção e as transações"* (cf. Frenkel, 1989: p. 5).

Na medida em que a produção de mercadorias é efetivada ao longo de um fluxo de tempo unidirecional e irreversível, os agentes responsáveis pela decisão de empreendê-la são obrigados a comprometer-se, antecipadamente, com o desembolso de recursos, contrapartida aos serviços prestados pelos fatores de produção. Contudo, a realização, no futuro, dos bens resultantes do processo de produtivo é incerta, de modo que o empresário é forçado a "tomar uma posição" (cf. Davidson, 1982, pág. 301) em ativos de diferentes naturezas, no âmbito da produção a curto prazo. O

D1: produção de matérias primas e bens de capital, D2: produção de bens de consumo capitalista, D3: produção de bens de consumo para trabalhadores. W: salários. P: Lucros. Y: renda agregada ou produto (PIB).

$$D1 = w_1 + p_1 = I$$

$$D2 = w_2 + p_2 = C_k$$

$$D3 = w_3 + p_3 = C_t$$

$$PIB = W + P = Y \rightarrow Y = W + P = I + C_k + C_t$$

Por hipótese, trabalhadores não poupam isto é: $p_3 = w_1 + w_2$. Do anterior: $p_1 + p_2 + p_3 = P$.

$$\text{Logo, } p_1 + p_2 + w_1 + w_2 = I + C_k \rightarrow P = I + C_k \quad (\text{Capitalistas ganham o que gastam.}) \quad Y = I + C_k + C_t = P + C_t.$$

instrumento utilizado para a fixação das obrigações mútuas entre os participantes do processo de produção é o contrato, cuja validade é garantida por intermédio das instituições e leis de cada sociedade.

Ou seja, **contratos são instituições estabilizadoras, e mercados são, fundamentalmente, estruturas legais**³⁸. A confiança na continuidade dos contratos é fundamental para a normalidade das operações numa economia capitalista. Além do mais, durante a vigência do contrato, que, em geral, ultrapassa o período de produção, os salários e os preços monetários são rígidos, dadas as obrigações contratuais. **O resultado da combinação dos quatro princípios anteriores - agentes dotados de poder de escolha, tempo histórico, tempo expectacional, e incerteza - com sua implicação sobre não neutralidade da moeda, é uma perspectiva teórica inteiramente nova:**

- O gasto determina a renda a cada período de produção, e é determinado por expectativas dos agentes e condições de liquidez da economia.
- Expectativas construídas sob incerteza são sujeitas ao desapontamento e, portanto, instáveis.
- O investimento – e, por consequência, a decisão de inovar – não são “naturais” ou automáticas, mas, pelo contrário, dependem tanto expectativas positivas, e do estado de confiança empresarial, quanto de condições de financiamento adequadas.
- A instabilidade do investimento - que resulta em flutuações na atividade econômica, desemprego, e, eventualmente, em severas recessões é, portanto, uma possibilidade sempre presente no funcionamento do sistema econômico.
- O funcionamento da economia não é, portanto, produto da operação de leis mecânicas, nem o resultado linear de escolhas individuais, mas a consequência, geralmente não pretendida e não antecipada, de ações perpetradas no presente, sob a dupla pressão de um passado irrevogável e um futuro desconhecido.
- A estabilidade não é uma propriedade natural do sistema, mas o resultado de políticas públicas, convenções e instituições, cuja resiliência pode, por isso mesmo, ser posta em xeque por fatores subjetivos, e de forma repentina.

³⁸ E ambos dependem do Estado para sua funcionalidade, o que implica no Estado como a instituição central na estabilidade do “ambiente macroeconômico”. Isso só fica evidente, na teoria econômica, a partir da perspectiva de Keynes. Entretanto, a incorporação das profundas implicações desse fato, pela teoria, ainda está por ser feita.

Veremos, na seção conclusiva do presente trabalho, como essa concepção, cuja *origem está em Keynes*, de como o sistema capitalista opera, do ponto de vista do impacto macroeconômico das decisões de agentes condicionados pela incerteza, é inteiramente compatível, complementar na realidade, com a perspectiva Schumpeteriana. A recíproca é verdadeira, na medida em que a pergunta - crucial para os pós-keynesianos, repetimos- *por que mudam as expectativas de longo prazo dos agentes?* - tem na teoria schumpeteriana da inovação e concorrência elementos importantes para ser respondida.

4- Empresários, atividade empresarial, decisão de inovar e as interfaces entre Schumpeter e Keynes.

" The reasonable man adapts himself to the world, the unreasonable one persists in trying to adapt the world to himself. Therefore, all progress depends on the unreasonable man "

(George Bernard Shaw)

Em Schumpeter, o processo de introdução de inovações não é uma operação trivial. Muito pelo contrário, ela está, como vimos, encrustada em incerteza, e é, como veremos adiante, uma fonte permanente de conflitos. O processo inovativo requer, portanto, "qualidades especiais" que, numa primeira versão da teoria – aquela que consta da Teoria do Desenvolvimento Econômico (TDE) - estão objetivadas em indivíduos especiais. Essas qualidades são basicamente: *visão, propensão ao risco, capacidade de tomar decisões em meio à um futuro obscuro, e ainda, talento organizacional*. Para os indivíduos com essas características, Schumpeter reserva o conceito de *Empresários*³⁹.

A atividade empresarial consiste, portanto, na introdução de inovações, o que implica a *ousadia de ser diferente*, e o enfrentamento contra procedimentos institucionalizados. Subsequentemente, em sua obra, Schumpeter substitui progressivamente o "empresário" pela "**função Empresarial**", que passa a ser desempenhada por grandes corporações - **ou pelo Estado**⁴⁰. Na moldura conceitual de Schumpeter, a atividade empresarial, consubstanciada na introdução de inovações, envolve **formulação de estratégias e relacionamento com o sistema financeiro, em cujo cerne estão a criação de crédito, e sua contrapartida: o endividamento**.

Assim, é possível perceber que a introdução de inovações, tal como retratada por Schumpeter, não é trivial. Além do anterior, ela se defronta com **dois tipos de barreiras: a representada pela "obscuridade do futuro" - incerteza- e a relacionada com o a "herança do passado" – path-dependence**. Matsushita Konosuke dá um testemunho vivo do primeiro desafio, ao notar que..." *Business has become terribly complex [and] survival is very uncertain in an environment filled with risk, the unexpected and competition "* (Matsushita Konosuke, *Nikkei Times*: 1988). Walter Powell ilustra o segundo tipo de barreira, de forma precisa: *" The benefits associated with familiarity may easily outweigh the gains associated with flexibility. Altering institutional rules always involves high switching costs, thus a host of political, financial and cognitive considerations mitigate against such changes. . . . Success is frequently the enemy of experimentation. . . "* (Powell, *W*: 1991.p 192).

³⁹ Em linguagem Keynesiana: *Animal spirits*.

⁴⁰ Para uma exploração desse traço, muito pouco notado nas análises da obra de Schumpeter, ver Burlamaqui: 2020.

Um ponto importante a ser destacado aqui é o seguinte: a atividade empreendedora requer “confiança no futuro”, e algum grau de estabilidade ou previsibilidade econômica (equilíbrio até a versão de 1942, para ser preciso com a visão de Schumpeter), na medida em que a decisão de inovar envolve riscos e incerteza “concorrenciais” e “financeiros” (dívidas presentes x fluxos presumidos de receita futura) e, portanto, uma calculabilidade econômica que tende a ser inviabilizada por “contextos instáveis”. O paralelo com a relação entre expectativas de longo prazo e decisão de investir em Keynes é evidente aqui.

A *decisão de inovar* é, portanto, uma quebra de rotina, um afastamento do comportamento convencional; ou um elemento de ruptura do “fluxo circular” como o descrito no livro de 1912, e, portanto, de destruição da estabilidade anterior. Em termos keynesianos, **a estabilidade requerida** pela *decisão* investir **é perturbada** tanto por fatores “exógenos” quanto pela própria dinâmica do processo de concorrência, como veremos adiante. O *impacto* dessas decisões, o investimento, implica flutuações na atividade econômica. A síntese de Minsky, com raízes em Schumpeter, é, aqui, particularmente eloquente: “A estabilidade é desestabilizante” (Minsky: 1986).

Aqui, a convergência com Keynes e Shackle, é, também, visível: a “**decisão de inovar**” é uma **decisão crucial**, no sentido de que é irreversível; implica - para quem a tomou - na impossibilidade de regressar a situação original (cf. Shackle: 1967)⁴¹. A *inovação* é um **evento crucial**, no sentido de que destrói as condições - os parâmetros - de onde partiu, cria discontinuidades, destrói rotinas e convenções, produz irrepetibilidades. Do ponto de vista (pós) Keynesiano, a decisão de inovar é, portanto, uma ação condicionada diretamente pelas expectativas de longo prazo dos empresários, inexoravelmente embebidas em incerteza. A inovação é, por sua vez - e de forma contra intuitiva - um agente de **elevação** do grau de incerteza imanente a uma economia monetária de produção.

Concluindo essa parte, cabe salientar que as reflexões anteriores constituem elementos importantes para responder uma questão fundamental, posta no início desse texto: Se inovações são um “motor” tão potente e eficiente para o desenvolvimento econômico, para os aumentos de produtividade, e para a recriação de oportunidades de investimento, por **que o surgimento e a introdução de inovações não é “a norma” em economias capitalistas?** A complexidade da ação empresarial e os obstáculos por ela enfrentados constituem uma dimensão relevante da resposta.

⁴¹ Shackle : non-repetitive behavior = *non-ergodic* environments= unpredictable behavior (1967).

5-Capital, Bancos e Juros:

*“Furthermore, who would deny the fact that, in some countries, perhaps **three-quarters of bank deposits are simply credits**, and that the businessman as a rule first becomes the bank's debtor in order to become its creditor, that he first “borrows” what he uno actu ‘deposits’?”*

(Schumpeter: 1912 p 323, grifo meu)

Na teoria Schumpeteriana, *o desenvolvimento resulta de uma conjugação entre atividade empresarial e finanças, na medida em que são os bancos os responsáveis pela criação do crédito necessário à introdução de inovações*. Isso mais uma vez a aproxima do enfoque de Keynes, e a opõe à teoria neoclássica. Os bancos, e o sistema financeiro de modo geral, são, para Schumpeter, cruciais, e sua metáfora, eloquente: o mercado financeiro é.....*"O estado maior do sistema capitalista.... do qual partem as ordens para as divisões independentes, e onde se decidem os rumos do desenvolvimento futuro ..."* (Schumpeter:1912, p 133)

Por conta disso, bancos e banqueiros tem um papel estratégico no sistema de Schumpeter: são eles que determinam, em última instância, através do crédito, as condições e possibilidades do processo inovativo, e, por conseguinte, *o perfil da estrutura industrial ao longo do tempo*. Nesse sentido Schumpeter atribui aos banqueiros, a condição de *verdadeiros capitalistas do sistema*, e ao crédito o status de *capital*. Na abordagem de Schumpeter, portanto, *crédito é capital*, na medida em que permite desviar meios de produção de seus usos correntes - *ou, num contexto de capacidade ociosa, criar novas oportunidades para sua utilização* -, através da transferência, para os empresários, do poder de comando sobre a sua utilização. *Capital é, então, controle sobre o processo produtivo*.

Consequentemente, *banqueiros são os “verdadeiros capitalistas”* porque são os provedores de crédito, os produtores do poder de compra- *"traficantes de poder de compra "* nas palavras do autor- e árbitros, portanto, da sua direção. O conceito é econômico, mas sua definição é político-institucional. Aqui temos um ótimo exemplo da interpenetração entre teoria econômica e *sociologia econômica* em Schumpeter.⁴²O paralelo com Marx é notável: *para ambos os autores, o conceito de capital deve ser interpretado como uma relação social de produção*. A diferença aí decorre de que para Marx, a *relação social de produção fundamental* é entre **capitalista e trabalhador**, enquanto para Schumpeter, ela se constitui entre **banqueiro e empresário**.

⁴² Uma questão pertinente aqui é ao *status* dos proprietários-produtores de meios de produção: porque não são eles **os** verdadeiros capitalistas do sistema schumpeteriano? A resposta é porque os mesmos **não** têm papel ativo na dinâmica do desenvolvimento. O incremento da demanda por seus produtos *depende* dos projetos dos **empresários** e de sua viabilização pelos **bancos**. Na taxonomia do autor, são “gerentes”, ainda que proprietários daquilo que gerenciam.

Aqui, é possível estabelecer um contraste com Keynes: em Schumpeter, o risco, a incerteza também são – ou melhor são fundamentalmente - do banqueiro, o que significa que esse agente desempenha, junto com o empresário, um *papel ativo* no processo de desenvolvimento econômico. Em uma frase: em Schumpeter, o ponto de partida do desenvolvimento está fundamentalmente, nos *animal-spirits dos banqueiros*⁴³.

Entretanto, o ponto central a ser sublinhado, se refere à relação entre financiamento, investimento, poupança e lucros. *O sentido da determinação* em Schumpeter é idêntico ao de Keynes: **Crédito /Financiamento → Inovação/Investimento → Lucros→ Poupança**. Vale dizer, as inovações não dependem de *poupança prévia*, mas de um *sistema bancário- financeiro capaz de criar poder de compra*.

Do anterior, fica evidente também, do ponto de vista *macro*, a *importância das condições de financiamento, e, por conseguinte, a dominância do sistema financeiro sobre o produtivo para a evolução do sistema econômico*, assim como, do ponto de vista concorrencial, **a relevância das conexões entre firmas e bancos, via processos de endividamento, para a construção – ou destruição - de vantagens competitivas para ambos**⁴⁴. A contemporaneidade dessa formulação é digna de nota.

E abre espaço para a discussão de um dos pontos mais interessantes - e mais negligenciados- da teoria econômica da Schumpeter: a definição de juro, e a teoria da sua determinação. A teoria dos juros de Schumpeter repousa em cinco proposições básicas:

- Os juros são uma categoria de renda decorrente da existência de excedente (surplus) , o qual é um produto do desenvolvimento.
- O excedente, por sua vez, tem duas procedências: decorrência direta das inovações, e decorrência de seu “spill-over” – de efeitos positivos secundários, sobre outras empresas e setores, do processo de introdução e difusão de inovações⁴⁵.
- Os juros são, em decorrência do anterior, uma parte dos lucros, e, de fato, um imposto sobre os mesmos.

⁴³ Certamente não de todos. Daqueles que se dedicam a financiar investimentos produtivos e inovações: “banqueiros de desenvolvimento” e “venture-capitalists”. A lógica do argumento de Schumpeter está no fato de que na sua análise, os empresários-inovadores são, a princípio, devedores sem colateral, ou “Ponzis com estratégias produtivas”. Seu colateral consiste na *expectativa* da geração de um fluxo de caixa futuro. No presente, o risco é fundamentalmente dos bancos e dos banqueiros.

⁴⁴ Mas também, de fragilização potencial para ambos, tema que será o cerne da obra de Hyman Minsky, um autor que reteve uma grande influência de Schumpeter, que foi seu orientador de tese de doutoramento em Harvard, até sua morte em 1950.

⁴⁵ “Efeitos multiplicadores” das inovações sobre o sistema como um todo.

■ Os lucros são extremamente voláteis, enquanto os juros são estáveis, permanentes.

■ A resolução dessa aparente contradição pela postulação de que os juros são o *preço do poder aquisitivo: do crédito*, e este é um *fenômeno permanente* no processo de desenvolvimento; e ancorado no fato, como o autor observa, de que ...“Os bancos produzem aquilo que emprestam”. Isto é, o crédito é endógeno ao sistema bancário (Schumpeter: 1912, p. 188).

Schumpeter conduz sua discussão mostrando que, em condições de “desenvolvimento” o valor presente do poder de compra (crédito) tende a ser maior do que seu valor futuro, na medida em que se devidamente utilizado, gera fluxos futuros de excedente sobre seus custos. *Daí, a racionalidade, e a lógica econômica, de um preço (os juros) cobrado pelos “proprietários de poder de compra (Os bancos) àqueles que o utilizam*⁴⁶. Para o autor os juros, estando indissociavelmente ligados à concessão de crédito são essenciais ao desenvolvimento econômico *porque o crédito o é, ainda que sejam, em simultâneo, uma taxa sobre lucros futuros.*

No que diz respeito a *definição*, a teoria de Schumpeter permite a percepção dos juros por três óticas:

■ Da ótica do *empresário (devedor do banco)*, é o *preço do poder aquisitivo (da liquidez), uma taxa paga pelo controle sobre meios de produção (ou, meios de inovação numa terminologia mais “Schumpeteriana”)*, que depende de expectativas de lucro.

■ Do ponto de vista do *banco (credor do empresário)*, o juro é *uma taxa sobre expectativas de lucros futuros*, que depende da sua própria preferência pela liquidez (É também, portanto, uma taxa cobrada pela *fragilização potencial* da liquidez do banco).

■ Da ótica do *cliente do banco (credor do banco e “investidor financeiro”)* - o juro é o *prêmio pela renúncia à liquidez*, e depende do seu grau de propensão ao risco, *vis a vis* o grau de incerteza percebido no instante da operação financeira⁴⁷.

⁴⁶ “Se conseguirmos provar que em certas circunstâncias — digamos de uma vez, no caso do desenvolvimento — o poder de compra presente deve regularmente obter um prêmio por conta do poder de compra futuro no mercado monetário, então a possibilidade de um fluxo permanente de bens para os *proprietários de poder de compra* é explicada teoricamente. O capitalista pode então obter uma renda permanente que em todos os aspectos se comporta como se surgisse no fluxo circular” (TDE: p. 180)

⁴⁷ Esse “prêmio” irá variar de acordo com os riscos envolvidos na operação de crédito realizada pelo banco. A compra de títulos da dívida pública, por exemplo, representa um risco quase nulo de perda de liquidez, o tende a acarretar um “prêmio” pequeno à essas operações. Operações mais complexas, e com riscos maiores de perdas, estarão atreladas à prêmios maiores.

Do anterior: o juro em Schumpeter é, como em Keynes, um **fenômeno monetário** (monetário-creditício com ênfase no creditício, no caso de Schumpeter).

A determinação da taxa de juros será, portanto, o *resultado do entrecruzamento desses três vetores, e dessas três expectativas*, em cuja base estão, de **um lado**, o *estoque de liquidez disponível e, principalmente, a sua utilização pelo sistema financeiro como base para criar **discricionariamente** poder de compra – via crédito e alavancagem - e, de outro*, as *expectativas de lucro dos empresários e as necessidades de financiamento associadas às inovações*. Nesse processo, o *elo mais poderoso, aquele com maior poder de imposição*, é, como já apontado, o sistema bancário-financeiro.

Mais uma vez, o paralelo com Keynes é notável: a determinação se dá ...

- no mercado financeiro,
- por cruzamento da expectativas (todas condicionadas por incerteza e preferência pela liquidez) ,
- através de um processo de *ajuste de estoques* (poupança financeira e o poder de sua alavancagem pelos bancos *versus* os requisitos dos processos de investimento [Keynes] e inovação [Schumpeter]).

Surpreendentemente, nem Keynes nem Schumpeter atribuem um papel central à autoridade monetária (O Banco Central) na determinação da taxa de juros. Para ambos, o processo se dá fundamentalmente no mercado financeiro privado⁴⁸ (cf. Keynes: 1936, caps. 17 e 18 e Schumpeter: 1912, cap. 5). Também surpreende, *a ausência de uma discussão detalhada da ação dos bancos centrais na manipulação da taxa de juros para estabilizar o sistema financeiro*: Longe de ser uma inovação em termos de política econômica, proposta por Keynes, isso já ocorria com frequência no “padrão-ouro” sendo o Banco Central da Inglaterra seu principal “maestro” (Eichengreen: 1995, Knafo: 2013). De todo modo, a teoria dos juros de Schumpeter antecipa em muito (como a de Keynes), as discussões “modernas” sobre a endogeneidade do crédito, e do poder assimétrico dos bancos, e do sistema financeiro em geral, por conta do monopólio sobre a sua criação.

Para concluir essa seção, quero sugerir que seja aplicado a Schumpeter, um comentário de Minsky, já transcrito, sobre a teoria geral de Keynes:

⁴⁸ Keynes menciona, de passagem, no capítulo 18 da TG, a quantidade de moeda ofertada pelo Banco Central como uma variável independente a qual *influencia* a determinação da taxa de juros (p. 172). Não toma, entretanto, a ação da autoridade monetária como o determinante fundamental da taxa básica de juros, que irá condicionar todas as demais taxas negociadas entre agentes financeiros e não financeiros, no sistema. Quanto à Schumpeter, há também referências ao banco Central na TDE (caps.5 e 6), mas a autoridade monetária está longe de ser o centro da análise: “O fato de que o banco central pode influenciar a taxa de juros não prova que o juro é o preço do poder de compra mais do que o fato de que o Estado pode fixar os preços, prova que os preços em geral são explicáveis pela ação governamental”(p. 179).

*“O aspecto essencial da TG ... é uma profunda análise de como as forças financeiras...
...interagem com a produção e o consumo para determinar o produto, o emprego, e os preços ”*
(Minsky,1986).

Adaptado à Schumpeter, o comentário seria o seguinte:

*O aspecto essencial da TDE ... é uma profunda análise de como as forças financeiras ...
interagem com a atividade empresarial para determinar as inovações, a concorrência, os lucros e o
desenvolvimento.*⁴⁹

⁴⁹ Esse “veredito” seria absolutamente correto, caso fossem extirpados do livro seus primeiro e últimos capítulos. O primeiro por propor um “fluxo circular” Walrasiano, a despeito de ser uma completa abstração, serve da base à teoria do ciclo do autor, a qual se propõe a ser empiricamente aderente. O último, por submeter a teoria do ciclo à proposta – a qual é rica em observações analíticas - à “jaula de ferro” do equilíbrio, e, assim fazendo-o, tirar-lhe grande parte da consistência teórica, e aderência empírica, que os demais capítulos do livro, excetuando-se o primeiro, possuem. De todo modo, minha avaliação da “essência inovadora” do livro está contida na frase (Para uma análise crítica do TDE, ver Burlamaqui: 2019, cap. 1).

6- Lucros:

“Thus, there is a monopoly element in profit in a capitalist economy” (Schumpeter: 1912, p. 434).

O cerne da discussão que aqui proponho é, sobre a origem, composição e “comportamento tendencial” dos lucros. Surpreendentemente pouco debatida no universo Schumpeteriano, essa discussão, dada a sua originalidade, me parece essencial. Na teoria Schumpeteriana, *os lucros são o prêmio- em forma de retorno financeiro - pela inovação bem sucedida, resultado da elevação de produtividade aliada à criação ou captura de oportunidades de mercado, e à construção de “mecanismos de isolamento” que resultam na dificuldade de imitação. São, portanto, consequência da atividade empresarial.*

Os lucros *se formam no processo de concorrência, e devem ser entendidos como resultantes da escassez temporária resultante das inovações: inovadores são monopolistas* (ainda que temporariamente). Dito de outra forma: inovadores são “quality”, “price” e/ou “cost” makers. Nessa perspectiva, os lucros têm, na teoria schumpeteriana, duas dimensões as quais se complementam, mas são analiticamente distintas:

■ Quando extraídos de inovações que incrementam a eficiência e a produtividade – ou seja, quando derivados de introdução de inovações de processo, organização ou gestão - **uma dimensão de ampliação do excedente, a custos decrescentes. Essa é a dimensão do lucro, construída a partir de estratégias de eficiência e produtividade.** É uma dimensão “Marxista” dos lucros Schumpeterianos, poder-se-ia dizer.

■ Por contraste, **quando extraídos de inovações de produto, marketing ou legais (busca de proteção legal)⁵⁰, os lucros derivam de estratégias e processos de diferenciação, e da construção de mecanismos de isolamento, os quais independem de aumentos de eficiência sistêmica ou incrementos de produtividade.** Esses repousam exclusivamente na **dificuldade de imitação.** Essa é uma dimensão de “Renda Ricardiana” dos lucros Schumpeterianos⁵¹.

Ambas as dimensões refletem, entretanto, aspectos distintos da escassez, e devem ser conectadas com o *elemento de monopólio, inerente aos lucros, (ainda que temporário) ressaltado por Schumpeter, e acima citado.* O autor, entretanto, só explicita com clareza esse fato, até onde eu saiba, no seu livro *História da Análise Econômica*, publicado postumamente, em 1954:

“Entrepreneurs' gains will practically always bear some relation to monopolistic pricing. Whatever it is that produces these gains, it must be something that, for the moment at least,

⁵⁰ Ou eventualmente financeiras.

⁵¹ A qual equivale, no modelo de Ricardo, aos ganhos obtidos por proprietários de terra em função de seu grau de fertilidade, o qual é impossível – ou muito difícil – de ser imitado porque ditado pela sua escassez.

competitors cannot parallel. The best example is the offering of a new product or a new brand. And temporarily, at least, there are means available to the successful entrepreneur- patents, 'strategy,' and so on for prolonging the life of his monopolistic or quasi-monopolistic position and for rendering it more difficult for competitors to close up on him." (Schumpeter: 1954: pp. 893, 897-898).

A dimensão "Marxista" dos lucros em Schumpeter é "produtiva" do ponto de vista sistêmico, dado que reflete ganhos de eficiência e produtividade, os quais se materializam na expansão do produto, e do excedente. Essa expansão não é, como sublinha o autor, imediata. **Resulta do processo de difusão das inovações, o qual irá eliminando a escassez inerente a sua introdução, e, ao impor uma intensificação do processo competitivo, pressionando para baixo as margens de lucro de todos os competidores.** Essa pressão sobre as margens, acoplada aos aumentos de produtividade criados pelas inovações incrementais, **é chave para compreender o processo de destruição criadora** discutido adiante no texto (seção 7). É o efeito conjunto desses dois fatores que vai impondo o "novo" ao "velho", e, ao fazê-lo, rejuvenesce, periodicamente, o sistema produtivo.

Já a dimensão "Renda Ricardiana" dos mesmos **não necessariamente contém essa "qualidade" produtiva. Pelo contrário, pode ser improdutiva, ou mesmo destrutiva,** na medida que em repousa justamente no imperativo da dificuldade de imitação. A dificuldade de imitação, que é construída através estratégias de diferenciação, barreiras à entrada e busca de proteção legal, não só **não implica** aumentos sistêmicos de eficiência ou produtividade, **como pode produzir o seu oposto:** entraves à difusão de inovações, e **ganhos fundados no seu retardamento;** por contraste a **ganhos extraídos de um processo de expansão do produto e do excedente decorrentes de incrementos de investimento e de produtividade à eles associados.**

O próprio Schumpeter não se detém nessa "dissecação" dos lucros provenientes das inovações, ainda que a deixe subentendida. Essa clarificação é, porém, uma tarefa central para toda e qualquer discussão do próprio conceito de lucro, bem como para uma compreensão mais sofisticada da natureza da atividade empresarial.

Sobre esse último ponto, William Baumol nos legou uma contribuição importante ao expandir o conceito de empreendedorismo de Schumpeter, e distinguir entre *tipos de empreendedorismo*, que ele "taxonomiza" como **produtivo, improdutivo e destrutivo;** na raiz dos quais estariam, precisamente, ganhos de natureza inteiramente distinta⁵² (Baumol: 1993, esp. caps. 2-5). Essa é, sem dúvida, uma importante agenda de pesquisa a ser explorada.

⁵² "Most important for the discussion here, Schumpeter's list of entrepreneurial activities can usefully be expanded to include such items as innovations in rent-seeking procedures, for example, discovery of a previously unused legal gambit that is effective in diverging rents to those who are first in exploiting it" (Baumol: 1993, p28).

Voltando a Schumpeter, seu enquadramento do lucro se concentra na dimensão “Marxista”, isto é, como um *ganho de fundação* (conceito de Hilferding) cuja base material é a dilatação do espaço econômico existente, em cuja raiz estão aumentos de produtividade e reduções de custo; que por sua vez permitem, via difusão, a ampliação do produto, e do excedente econômico a ser apropriado. Há aqui, entretanto, uma importante contraposição a ser feita entre Schumpeter e Marx. **Enquanto para este, o lucro provém exclusivamente da atividade não remunerada da força de trabalho, para Schumpeter, ele decorre, fundamentalmente, da atividade empresarial**⁵³. Em outras palavras, se para Marx o operário é o herói e a vítima do processo de acumulação de capital, para Schumpeter, é o empresário que desempenha essas mesmas funções.

Em Schumpeter, na origem dos aumentos de produtividade estão os empresários - e os banqueiros - porque são eles os responsáveis diretos pela introdução de inovações. No entanto, quem se beneficia de forma *permanente* desses incrementos de produtividade e qualidade são os trabalhadores e os demais estratos sociais – incluindo os banqueiros -, os quais veem o **poder de compra das suas rendas aumentar no tempo; enquanto os lucros – ou pelo menos as margens de lucro -tendem se comprimir, no tempo, por efeito da difusão das inovações**. Cabe aqui repetir um “parágrafo de efeito” do autor, já citado acima, mas absolutamente pertinente também nesse contexto:

“A rainha Elizabeth I possuía meias de seda. A realização capitalista típica não consiste em fornecer meias de seda para as rainhas, mas em colocá-las ao alcance de operárias em troca de quantidades de esforço sempre menores “ (Schumpeter: 1942, p 94) .

Aqui se insere a **provocação mais explícita de Schumpeter a Marx**: Enquanto para o segundo, o lucro resulta de um processo de exploração direta do capitalista sobre o trabalhador, para o primeiro, os empresários em grande medida **...“ Criam aquilo que exploram”** (CSD: cap. 8, p.101). Não cabe dúvida que a afirmativa de Schumpeter dá margem à reflexão, e merece ser aprofundada. Não é aqui, entretanto, o espaço para fazê-lo⁵⁴. Colocado de modo sintético, pode-se dizer que *empresários*

⁵³ Ainda que o lucro não possa ser dissociado do crédito, que como vimos, é a alavanca inicial do processo de introdução de inovações; e, por isso, uma “taxa” sobre os lucros futuros do inovador.

⁵⁴ Não obstante, cabe aqui uma nota para esclarecer que o posicionamento de Schumpeter nesse tema não exclui a possibilidade de “exploração”, central tanto a socialistas Ricardianos, quanto a Marx e ao Marxismo e a Neo-Ricardianos. Em primeiro lugar, como um exame mais detido da natureza dos lucros em Schumpeter evidenciou, os mesmos contém uma dimensão de ‘Renda Ricardiana’ qua se funda precisamente na “exploração”. Na extração de excedente e renda, independentemente da sua criação. A exploração aqui é mais ampla do que a proposta por Marx, na medida em que provêm da imposição de barreiras à imitação, pode atingir a todos os estratos da população, e não apenas os trabalhadores assalariados. Em segundo lugar, como explicado didaticamente, em 1906, por Tugan-Baranovsky, em sua crítica à teoria da mais-valia de Marx...” *A renda e o lucro descansam, na propriedade privada dos meios de produção*: posto que o acesso ao solo e ao “capital” constitui requisito necessário à produção, proprietários e capitalistas trazem consigo o poder de se apropriarem de uma parte alíquota da riqueza criada.Esta possibilidade

desafiam a incerteza e apostam-no futuro, em troca de sobrelucros temporários. Trabalhadores e demais estratos sociais se beneficiam dessa situação de forma permanente, pelas vias dos aumentos de qualidade, variedade, produtividade, eficiência, e incrementos de receitas fiscais e renda real.

No que diz respeito à dimensão agregada dos lucros, e sua “trajetória no tempo”, Schumpeter rompe, de forma radical, com **todas** as demais abordagens existentes na teoria econômica: **sua proposição teórica é de uma tendência à diferenciação das taxas de lucro em função da dinâmica das inovações:**

*“O lucro empresarial não é uma renda como o rendimento das vantagens diferenciais nos elementos permanentes de um negócio; nem é um rendimento do capital, qualquer que seja o modo como se defina capital. **De maneira que não há razão para falar de uma tendência no sentido de igualar os lucros**, que não existe de modo algum na realidade: pois apenas a confusão entre juro e lucro explica por que muitos autores sustentam tal tendência, não obstante o fato de que possamos observar lucros tão extraordinariamente diferentes num mesmo e único lugar, ao mesmo tempo e na mesma indústria.”* (Schumpeter: 1912, pp. 149-150, grifo meu).

Essa é, sem dúvida, uma proposição herética, dado que uma das poucas convergências existentes nas demais abordagens teóricas é o postulado de uma **tendência à equalização** das taxas de lucro no longo período. A justificativa de Schumpeter para essa proposição é, no entanto, consistente com sua moldura analítica: se tanto as estratégias empresariais que levam à introdução de inovações, quanto a natureza das mesmas, e o timing de sua difusão, **diferem** no tempo, por que os retornos por elas proporcionados tenderiam a se equalizar? O argumento é simples, coerente, e empiricamente aderente.

Por fim, no que se refere às “relações de proporcionalidade” entre investimentos e taxa de retorno sobre os mesmos, a abordagem de Schumpeter inova, mais uma vez, e diverge das ideias convencionais sobre o tema, propostas pelas demais abordagens teóricas. Na moldura conceitual de Schumpeter, os mesmos fatores que se contrapõem à tendência a equalização das taxas de lucros, lhe servem para rebater a proposição de uma relação estável – e previsível – de proporcionalidade entre investimentos e retorno; seja ela inversa (Smith, Ricardo, Marx, Keynes e abordagens neoclássica- e de equilíbrio geral), ou direta (Kalecki)⁵⁵.

Em um universo econômico permeado por incertezas, concorrentes, estratégias competitivas, e tecnologias não antecipados; e, como veremos em seguida, processos recorrentes de destruição

de adquirir mediante o poder sobre as coisas, um poder sobre o homem é a fonte, e a única fonte, da exploração sobre o trabalho” (1906, p 67, grifo meu). A formulação de Tugan-Baranovsky é, como se vê, mais geral do que a de ambos – Schumpeter e Marx -, e oferece a possibilidade da construção de uma moldura conceitual onde os dois autores, aparentemente antitéticos, possam “coabitar”.

⁵⁵ “Os capitalistas ganham aquilo que gastam”.

criadora, é simplesmente impossível postular qualquer correlação entre essas duas variáveis. Pelo contrário, retornos absolutamente desproporcionais sobre investimentos realizados são possíveis, e frequentes⁵⁶, assim como investimentos persistentes com retornos consistentemente baixos e extremamente voláteis também o são⁵⁷.

⁵⁶ Os casos recentes de aquisições de empresas com tecnologias e estratégias inovadoras, como a WhatsApp (adquirida pelo Facebook por US\$ 19. Bilhões em 2014) ilustram o ponto.

⁵⁷ Os setores de restaurantes e transporte aéreo são exemplos dessas situações. Aqui, vale reproduzir a “tirada” de Richard Branson a esse propósito: “if you want to be a Millionaire, start with a billion dollars and launch a new airline”(Branson: 2021).

7- Concorrência, destruição criadora e conflito:

"A vida econômica é um processo de ajuste constante a coisas que nunca aconteceram antes"

(Galbraith, 1977).

A citação acima é um tributo à visão de Schumpeter sobre o funcionamento do capitalismo contemporâneo. Através do conceito de **destruição criadora**, por ele introduzido somente em 1942, Schumpeter joga uma luz inteiramente nova sobre o *modus operandi* da concorrência, das grandes corporações e sobre as características dos mercados oligopolizados e da formulação de estratégias empresariais em condições de mudança. O conceito é introduzido no capítulo 7 do livro de 1942:

*"O aspecto essencial a captar e que ao tratar do capitalismo estamos tratando de um processo evolutivo.... O capitalismo é então pela sua própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, que não esta, nem nunca pode estar Estacionário O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da maquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, métodos de produção e transporte, mercados, e formas de organização industrial que a empresa capitalista cria."....é uma historia de revoluções.... Um processo de mutação industrial que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. é nisso que consiste o capitalismo, é aí que tem que viver todas as empresas capitalistas"todos os elementos da **estratégia empresarial** só adquirem sua verdadeira significação contra o pano de fundo desse processo, é dentro da situação por ele criada. devem ser vistos sob o vento perene da **destruição criadora** " (CSD, PP 112-13. grifo meu)*

Isso significa que.....

"O progresso econômico na sociedade capitalista significa tumulto. Nesse tumulto, a concorrência funciona de maneira completamente diferente da de um processo estacionário ...as possibilidades de ganhos na produção de novas coisas , ou de coisas existentes com custos inferiores estão constantemente se materializando, e exigindo novos investimentos

O que implica que:

"....esses novos produtos e métodos concorrem com os velhos em condições de superioridade, que podem significar morte para os últimos. É assim que o progresso ocorre numa sociedade capitalista . para evitar a destruição, todas as firmas são obrigadas- mais ou menos rapidamente- a seguir o exemplo, e investir" (p 52).

Em síntese:

"...essas revoluções **refazem periodicamente a estrutura industrial existente...**
[configurando- LB] Um processo recorrente de rejuvenescimento **do aparelho produtivo.** "(pp
94-95)...[nessas condições] ... " uma posição de monopólio não e um travesseiro sobre o qual se
possa repousar " (p. 135)

Como se vê, a concorrência é , nesse enquadramento, um processo de enfrentamento permanente, o qual é propellido por todos os tipos de inovação (radicais, incrementais, produto, processo, organização, gestão, marketing ,legal, financeira...).Ao contrário da concorrência perfeita neoclássica o enfoque Schumpeteriano concebe a competição como um processo disruptivo- e não como ajustamento - cujo resultado é a monopolização temporária de oportunidades de mercado e a consequente diferenciação - e não equalização - das taxas de lucro. É importante notar as possibilidades teóricas abertas pelo conceito de concorrência Schumpeteriana, em contraposição ao neoclássico. Neste, não há espaço para a noção de *estratégia competitiva*, na medida em que a competição surge "subjugada" a uma "teleologia do equilíbrio". A concorrência é um processo de ajuste a um objetivo determinístico estabelecido fora de seu âmbito. Como exemplos: equalizar as taxas de lucro ou *estabilizar* a estrutura econômica (Equilíbrio é repouso).

A racionalidade neoclássica, maximizadora e unidimensional, e imposta aos agentes, limita suas possibilidades de ação, cujo caráter torna-se um mero apêndice à serviço da teoria de preços. No máximo, poder-se-ia afirmar que a teoria econômica tradicional reconhece a existência de somente uma ação competitiva na firma: a de preços (Best, 1992, pág. 139). Mas, mesmo neste caso, não se pode empregar o conceito de estratégia para designar as atitudes da firma nas decisões de "precificação": não são decisões na medida em que as firmas são *por definição, tomadoras de preços*. Quanto à perspectiva Schumpeteriana, trata-se, como já foi mencionado, de um novo fundamento conceitual, adequado à construção de uma moldura teórica não somente original, mas empiricamente relevante para a análise do funcionamento, e dos processos de mudança, das economias capitalistas **no tempo**.(Cf. Schumpeter, 1912, cap. 4; 1942, caps. 7 e 8 e Collins, 1986, cap. 5).

Nessa visão, a concorrência se define como a interação das empresas no espaço em que as mesmas buscam valorizar seu capital investido, com o objetivo de se apropriarem de lucros extraordinários. A concorrência é, então, a luta pela sobrevivência e pelo crescimento das empresas em um ambiente estruturalmente *incerto e instável*. É um processo que gera desequilíbrios e diferenciação, os quais formam a base da apropriação dos lucros extraordinários perseguidos pelas firmas. *A concorrência não é, portanto, apenas a ocupação dos mercados já existentes, de modo a dissolver sobrelucros, mas, também e principalmente, a criação de novos espaços que permitem a geração e apropriação de excedente pelas empresas.*

Nesta ótica, o sistema capitalista é inerentemente dinâmico, *justamente em função da presença da concorrência entre as firmas, as quais encontram-se permanentemente engajadas na implantação de estratégias competitivas - entendidas como a busca de posições lucrativas e sustentáveis em uma indústria*). Estratégias cujo conteúdo se compõe das mais diversas formas de *ação* que podem ser resumidas numa palavra: *inovação* - incluindo produtos, processos, *precificação*, design, gestão, marketing, assistência técnica, novos insumos etc. (Cf Porter, 1985, cap.1, para o conceito de estratégia competitiva). O sucesso - ou fracasso - destas estratégias reproduz diferenças e assimetrias entre as firmas: algumas crescem, adquirem e/ou reforçam suas capacidades tecnológica e organizacional, enquanto outras desaparecem ou passam a desempenhar funções marginais no sistema econômico.

*Nesse contexto schumpeteriano, o monopólio não é o contrário da concorrência; é o resultado temporário do processo competitivo. Assim, as empresas almejam construir, barreiras à entrada em seus mercados, que aparecem, então, em grande parte dos casos, como frutos da concorrência "bem sucedida". O lucro torna-se, portanto, consequência imediata da existência de vantagens competitivas erguidas por intermédio das estratégias de diferenciação implantadas pelas firmas. Sua existência é temporária, porque a própria concorrência o ameaça, seja através das estratégias de outras firmas, seja por intermédio da difusão das inovações, as quais são fruto tanto de **processos de imitação** por parte de empresas já estabelecidas, quanto por força da entrada em cena de novos concorrentes – os quais, frequentemente, se tornam mais eficientes que os inovadores originais⁵⁸.*

O conceito Schumpeteriano de concorrência, por estar desvinculado de qualquer compromisso com normas de natureza estática ou de equilíbrio, nos remete a uma análise cujo resultado é "aberto", isto é, não determinístico, nem determinável ex-ante. Uma análise onde as estratégias competitivas forjadas pelas firmas em seu processo de enfrentamento no mercado, passam a ocupar um lugar central destaque na análise. Na base dessas estratégias, a *tecnologia e o progresso técnico*⁵⁹ ocupam uma posição fundamental. A dinâmica capitalista tem origem em fatores internos ao próprio sistema econômico, não se constituindo somente numa adaptação a perturbações de natureza exógena (Schumpeter, 1934, cap. 2). A tecnologia surge aí, como o mais potente *agente de construção de vantagens competitivas duradouras*, e sua difusão, como a *chave-mestra da mutação e do progresso industrial*.

A empresa capitalista é, na abordagem Schumpeteriana, um *agente de transformação* do sistema econômico: É ela o *canal de condução* da tecnologia e das inovações para o interior da esfera econômica. As diferentes ações estratégicas, no interior do processo competitivo, são os veículos

⁵⁸ Como veremos adiante no texto (seção 8), a imitação quase sempre é "criativa".

⁵⁹ Relembrando aqui a definição de tecnologia como "um exercício da imaginação humana voltado para a transformação da natureza com fins utilitários, e cujo resultado é a criação de uma segunda natureza, que é superposta à natureza herdada (cf. Bell:1980)

através dos quais se materializam esses processos de mutação.⁶⁰ Nesse sentido, qualquer construção teórica que desconsidere as estratégias de competitivas, em todas as suas dimensões, bem como seus resultados - a monopolização temporária de oportunidades de mercado - transforma-se, como o próprio autor observou, no. "Hamlet sem o príncipe dinamarquês" (Schumpeter, 1984, pág. 116).

Nesse ponto, é possível destacar as características mais salientes dos processos de destruição criadora, e ilustrá-lo com alguns exemplos:

■ **Incertezas concorrencial e tecnológica:** Do ponto de vista da empresa, envolve o surgimento de concorrentes não antecipados ("known unknowns"), e outros eventos também não previstos ("unknown unknowns") aos setores e empresas incumbentes, e risco de obsolescência de parte, ou mesmo da totalidade, de seus ativos. Do ponto de vista da indústria, resulta na imprevisibilidade dos rumos do progresso técnico e organizacional, e, portanto, do perfil e dos parâmetros da concorrência futuros do setor (cf. Best, 1990).

■ **Alguns exemplos:**

◆ A indústria cinematográfica norte-americana. é um exemplo eloquente: ela foi seriamente ameaçada (vários estúdios desapareceram) pela invenção da televisão. I.e., por um competidor não antecipado, e, mesmo quando percebido identificado a princípio, como outro mercado. (Brenner, 1987 p 1-2) :os managers se percebiam como atuando no mercado de filmes, quando de fato estavam no mercado de entretenimento. I.e., **o que viam como bens complementares eram de fato, substitutos.**

◆ Redes de televisão: hoje, são ameaçadas pelas inovações nas áreas e microeletrônica e telecomunicações, que via TV a cabo, transmissões via satélite, e criação de condições para a existência de "estúdios caseiros"; ou seja, da destruição do que eram barreiras a entrada, mudaram drasticamente as condições de concorrência vigentes. Todas, por sua vez, são ameaçadas pelas *tecnologias de streaming*.

◆ As ferrovias foram ameaçadas pelos automóveis, e a aviação o está sendo em vários segmentos será pela supercondutividade aplicada ao transporte ferroviário (trens-bala de 500 km/ hs).

⁶⁰ Inovações tecnológicas são formas de competição, cuja eficácia em relação a concorrência via preço é infinitamente superior, ou, nas palavras do próprio Schumpeter...."como um bombardeio comparado a se forçar uma porta" (Schumpeter, 1984, pág. 114).

◆ O petróleo foi introduzido na vida econômica como base do querosene que por sua vez era consumido na iluminação. Com a invenção, por Edison, da lâmpada elétrica, a demanda projetada de querosene-petróleo encolheu tremendamente. Mas, em simultâneo, estavam sendo introduzidos no mercado os aquecedores domésticos, que usavam.... querosene . O mercado se manteve, por razões exógenas ao controle dos produtores nele atuando e em circunstâncias não antecipadas.

◆ Entretanto, a indústria do petróleo literalmente decolou mais uma vez, por conta de um evento exógeno ao seu mercado existente, e, não antecipado: a invenção do motor de combustão interna (alimentado com derivados do petróleo) e sua aplicação aos transportes (Automóveis, caminhões e outros) .

◆ A indústria automobilística norte- americana, líder mundial desde a década de 1910, foi, por sua vez, colocada em xeque pela robótica, e por inovações organizacionais japonesas (algumas das quais - Kanban e just-in-time⁶¹ p ex - tiveram os supermercados americanos como fonte de inspiração (Ohno-1982) .

■ **Incerteza financeira-** O fato de as empresas precisarem recorrentemente de financiamento, tanto para capital de giro como para projetos de investimento, adiciona incertezas de natureza financeira às anteriores: **as dívidas são permanentes – uma certeza – enquanto seus fluxos de caixa e lucros são expectacionais**. Grande parte da obra de Hyman Minsky será dedicada a essa questão. O resultado será sua “Hipótese de Instabilidade Financeira”, onde o entrecruzamento entre perfis de endividamento das empresas e seus fluxos de caixa estarão no centro da análise (Minsky: 1982).

■ **Descontinuidades:**

"Some quantas carruagens conseguir; você jamais obterá uma estrada de ferro "
(Schumpeter: 1942, p 486).

Essa frase de Schumpeter ilustra outra característica central do fenômeno da destruição criadora, a descontinuidade, que pode certamente ser percebida também do ponto de vista da criação de incerteza, mas cujos efeitos não se esgotam aí. Descontinuidade significa nesse contexto, mudança rápida e frequentemente radical, o que implica no surgimento e no cancelamento de oportunidades de investimento, e lucros, ou perdas, o que por sua vez impõe deslocamentos de posição significativos dentro de setores, industrias, países.

⁶¹ Reabastecimento automático, e produção estreitamente articulada com e submetida as vendas.

■ Alguns exemplos:

◆ *Setor de videocassetes na indústria de eletroeletrônicos: situação nos anos 70.* Sony, já uma das líderes, introduz, confiando no seu poder de mercado, o sistema *Betamax*. Não é seguida pelos concorrentes (que optam pela tecnologia rival: *VHS*), perde muito dinheiro, e parte para reestruturar completamente sua estratégia nesse segmento.

◆ *Indústria de computação: situação em 1950- 70* : IBM é a virtual líder, ocupando uma posição praticamente monopolista, em termos mundiais. **Situação em 1990**: Microsoft, Apple, Sony, Toshiba, Nec, Samsung, Leading Edge (Daewoo) Compaq, Acer (Taiwan), e outras, ocupam posições relevantes de mercado e desafiam a IBM em *software, e computadores pessoais*, enquanto Fujitsu, Nec, Mitsubishi, Samsung, Digital o fazem nos Mainframes. **Situação em 2015**: Samsung, Lenovo Microsoft, Apple, e Dell ocupam posições relevantes de mercado, tendo "expulsado ou destruído criativamente" as demais. Todas se apoiam em Cloud computing, onde Amazon, Google, Microsoft, IBM, Oracle e Alibaba dominam.

■ Deslocamentos regionais e nacionais:

- ◆ EUA em 1960 → líder mundial no mercado de eletroeletrônicos.
- ◆ Japão em 1960 → produtor de terceira linha.
- ◆ Coreia do Sul em 1975 → ausente do mercado internacional de eletroeletrônicos.
- ◆ EUA em 1991 → praticamente varrido do setor eletroeletrônicos.
- ◆ Japão em 1991 → líder mundial em qualidade, inovatividade e *market-shares* no setor.
- ◆ Coreia do Sul em 1994 → segundo produtor mundial de vídeos e fornos de micro-ondas, e *primeiro* na produção de semicondutores.
- ◆ China em 2010 → líder mundial na produção de eletroeletrônicos.
- ◆ Taiwan em 2020 → líder mundial na produção de semicondutores de primeira linha.

Se há algum ponto onde a herança de Schumpeter esteja próxima de se converter num "conventional wisdom", sem dúvida é ele o da concorrência através de inovações. A discussão deste ponto não deveria suscitar polêmica dado que a identidade entre os termos é definicional: a concorrência Schumpeteriana *se define* como concorrência via inovações. Entretanto, apesar da sua indicação da crucialidade do progresso técnico para o desenvolvimento do sistema capitalista, Schumpeter **não** construiu uma teoria que os conectasse (Heertje, 1988, pág.87). Na verdade, não há, na obra do autor, uma definição clara do conceito de tecnologia, nem tampouco uma análise teórica dos fatores determinantes da direção, do ritmo ou das características do progresso técnico. Schumpeter

estuda os impactos do progresso técnico, e aponta para a sua causa mais geral - a concorrência- mas não se detém em suas causas específicas.

Acresce ao anterior, que Schumpeter dedicou sua atenção, como já apontado, fundamentalmente às *major innovations ou inovações radicais* - para usar uma expressão moderna (Freeman, 1975)- ou seja, não se deteve na análise das “inovações incrementais”, os avanços incrementais e a melhoria contínua, através dos mecanismos de aprendizado, nos processos de produção e nos produtos, que frequentemente respondem por uma parcela expressiva do incremento de produtividade no ciclo de vida de uma inovação. Schumpeter, como já mencionado, fez numerosas referências nessa direção, mas não as desenvolveu de forma sistemática. Neste sentido, há uma lacuna na obra do autor, relativa aos elementos ligados à geração e difusão de inovações no interior das firmas.

Uma segunda lacuna está na ausência de uma “teoria da corporação inovadora”. Embora os contornos da mesma estejam na segunda parte do livro de 1942, como já veremos (seção 8), sob as rubricas de “Big Business” e “Práticas monopolistas”, não se trata de uma “teoria robusta”. Essas lacunas, no entanto, foram preenchidas pelos trabalhos de autores que se dispuseram a seguir as trilhas, ou portas, abertas por Schumpeter. Esses autores se dividem em, basicamente, três linhas complementares de investigação, cujos principais elementos resumiremos nas seções subseqüentes (seções 8 e 9):

■ Os “discípulos diretos” de Schumpeter, figuras importantes do “centro de estudos empresariais”, em Harvard, e em cuja fundação o próprio Schumpeter esteve envolvido. Sua abordagem é centrada nos conceitos de “Estratégia empresarial” e “Estrutura Organizacional” (Chandler Jr: 1962 é um “marco fundador” da mesma), e sua agenda de pesquisa centrou-se nos estudos de grandes empresas e setores industriais e tecnológicos. Suas figuras de proa são, além de Alfred Chandler Jr., Thomas McCraw, Franco Amatori, Takahashi Higinio e Bill Lazonick.

■ Uma segunda abordagem tem como ponto de partida o livro de Edith Penrose (1959) e a “visão baseada em recursos” ali proposta, a qual se desdobra, ao incorporar a inovação e a concorrência via inovações como peças centrais, na “abordagem das capacitações dinâmicas. Entre seus autores mais representativos estão Birger Wernerfelt, Richard Rumelt, Margareth Peteraf, Nicolai Foss, Christos Pitelis, Michael Best, Sidney Winter e David Teece.

■ Por fim, os *Neo-Schumpeterianos*, onde as duas abordagens anteriores são utilizadas, mas a agenda de pesquisa focou-se na análise de processos de concorrência via inovações, paradigmas e trajetórias tecnológicas, sistemas de inovação, e uma grande quantidade de estudos empíricos para fundamentar suas proposições conceituais. Richard Nelson, Nathan Rosenberg, Christopher Freeman, Sidney Winter, Giovanni Dosi, e Keith Pavitt estão entre seus autores mais importantes.

Duas observações, a título de conclusão, para sublinhar ideias já apresentadas: Em primeiro lugar, fica claro que este é um enfoque essencialmente dinâmico onde as assimetrias e defasagens são o próprio núcleo da explicação e onde o conceito de equilíbrio não tem nenhum papel a desempenhar. Em segundo lugar, ele nos possibilita um grande avanço teórico na reflexão concorrência ao eliminar tradicional oposição entre esse conceito e o de monopólio: a concorrência Schumpeteriana deve ser entendida como um processo que se desenvolve através de uma luta contínua pela monopolização de oportunidades de mercado, com vistas a obtenção de lucros extraordinários. *Um processo de enfrentamento cuja arma principal é a inovação, ou melhor, onde o exército é constituído por todos os tipos de inovação.* Desenvolver este enfoque é dar à reflexão sobre a dinâmica econômica capitalista sua forma madura.

Figura 4



8- Capitalismo Corporativo, “Práticas monopolistas”, e Eficiência

Nas páginas do livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Schumpeter "inova" teoricamente não só na análise da concorrência, mas também no *tipo ideal* de capitalismo tanto *em termos positivos* (o capitalismo "realmente existente") *quanto normativos* (aquele que "deveria existir" dos pontos de vista do seu potencial de criação de riqueza, dinamismo, estabilidade macroeconômica, e do seu *potencial* para eliminação de desigualdades).

Seu "modelo" que chamaremos de *capitalismo corporativo*, apenas esboçado no livro de 1942 e retomado- entre outros- por Penrose, Chandler Galbraith, Labini, e Lazonick, embute uma crítica radical à teoria econômica convencional e, em particular, aos modelos de equilíbrio geral- e permite um fértil cruzamento entre *teoria* econômica e *sociologia* econômica. Os traços fundamentais desse modelo são os seguintes:

- Grandes empresas, corporações semi-públicas de capital aberto com propriedade e controle dissociados, são as unidades mais relevantes de produção, introdução e difusão de inovações (Schumpeter: 1942, cap 8, Galbraith: 1967).

- A constituição de estruturas hierárquicas e a formulação de estratégias múltiplas, entre as quais, fixação de preços e margens de lucro, gestão de tecnologia, monitoramento de mercados, diversificação de atividades, e planejamento de expansão, a qual inclui a existência de capacidade ociosa planejada (Schumpeter: 1942, cap. 7, Penrose: 1959, Chandler: 1962, 1977 e 1990, Porter: 1985).

- Mercados heterogêneos e estruturas de mercado concentradas, oligopolizadas, são o meio-ambiente onde operam essas corporações(cf Labini: 1964 e *in* Sherer e Perelman eds: 1992).

- Operação abaixo da plena capacidade - e do pleno emprego - são a *norma* sob essas condições estruturais (Schumpeter:1942, caps. 6-8, Galbraith:1967, Labini:1964).

Em oposição frontal aos axiomas sobre agentes atomizados, processamento de informações, concorrência perfeita, e alocação eficiente de recursos da economia neoclássica, e à interpretação oferecida pelos modelos de equilíbrio geral, Schumpeter sustenta que esse capitalismo corporativo, oligopolizado e permeado por "imperfeições", é mais estável, eficiente e dinâmico (termo utilizado para denotar desempenho no tempo, ou seja, potencial competitivo) que seu *antípoda manchesteriano* e onde a competição se dá exclusivamente via preços ⁶² supostamente "perfeitamente competitivo". (cf Schumpeter: 1942, cap. 8 e Rosenberg *in* Shionoya e Perelman eds: 1994). Vejamos os fundamentos de sua argumentação.

⁶² Uma advertência aqui ,se faz necessária : no equilíbrio geral competitivo ,*não há , de fato , competição* .

Em relação ao *primeiro traço* constitutivo do capitalismo corporativo, *a dominância da grande empresa*, as razões para sua maior eficiência são várias. Em primeiro lugar, ela traz consigo uma dupla metamorfose quanto às estruturas de gestão e propriedade. Há, na grande empresa, uma *profissionalização-com-socialização de sua gestão*, no sentido da especialização, o que numa leitura weberiana podemos traduzir como incremento de racionalização. Decisões *cruciais* são tomadas na base de critérios mais técnicos, o *insight* é integrado à análise, e equipes substituem "capitães de indústria". No que concerne à propriedade, socialização é a palavra-chave.

O fator de estabilidade advém aí tanto da maior legitimidade que a corporação adquire frente ao "*público*", *particularmente* seus acionistas-isto é, do seu "enraizamento" na comunidade-, quanto da *possibilidade* da criação de "vínculos de aliança" (*networks*) com outras corporações ou instituições tanto privadas quanto públicas)⁶³.

Uma segunda -e poderosa- fonte de incrementos de estabilidade e eficiência da grande corporação, é o que Schumpeter chamou de "endogeneização do processo inovativo" (cf. 1942:pp 129, e 174-6). Nas palavras do autor: "A primeira coisa que faz uma empresa moderna, logo que sente poder de sustentá-lo, é estabelecer um departamento de pesquisa no qual todos os membros sabem que seu ganha pão de cada dia depende de seu êxito em *inventar melhorias*" (1942:p 129, grifo nosso). Isto é, ao dotar-se de um núcleo de P&D, a corporação adquire um *poder inovativo sistemático*, tanto em relação à criação de inovações "radicais", quanto principalmente na geração de inovações "incrementais".

O impacto dessa mudança de estrutura (ela própria uma inovação) sobre a estratégia da empresa é significativo. Vantagens competitivas adquiridas são *sustentadas e recicladas, mecanismos de aprendizado*, e "isolamento" são introduzidos e/ou reforçados, fontes de cumulatividade cognitiva são internalizadas (cf 1942:caps 8 e 17, Penrose: 1959, Chandler: 1962)⁶⁴. Os resultados são uma aceleração, no tempo, do fluxo de inovações *gerado e introduzido* pelas grandes corporações⁶⁵, e conseqüentemente, *a possibilidade da construção de estruturas de sustentação de vantagens competitivas adquiridas*,

⁶³ Existem também ,como se sabe, fatores de instabilidade contidos na abertura de capital de uma empresa. Movimentos especulativos responsáveis por fortes flutuações no valor das suas ações, e o risco de *hostile take-overs* são os mais significativos .Sua manifestação efetiva ,e seus efeitos -irão depender contudo ,justamente do contexto institucional onde as corporações estiverem operando. Uma comparação, nesse sentido, entre EUA e Japão é ilustrativa em ambos os casos, mais especialmente no segundo.

⁶⁴ Esses pontos serão retomados na seção subsequente.

⁶⁵ No marketing da AT&T encontramos uma ilustração da total pertinência dessa proposição de Schumpeter : "Ter grandes ideias .E saber executá-las . Isso é o que os Laboratórios Bell da AT&T fazem diariamente . *Desde 1925 vem sendo registrada uma patente por dia . Foram os Laboratórios Bell da AT&T que criaram o transistor , a transmissão de TV para longa distância , o telefone com imagem , o celular , os satélites de comunicação , o laser e outras 25 mil invenções* que vieram facilitar a vida das pessoas . Não é à toa que sete , entre milhares de cientistas dos Laboratórios Bell da AT&T , já receberam o Prêmio Nobel ."(cf Exame : novembro , 1994) . Isso *não* deve ser confundido, no entanto , com a proposição de que as *pequenas empresas são necessariamente menos inovativas que as grandes* . Schumpeter , aliás , nunca fez essa afirmação. Para um exame detalhado do ponto, em Schumpeter , ver Mayhew : 1980 .

*impossíveis para empresas de pequeno porte*⁶⁶. Nas palavras do próprio Schumpeter, uma tendência a "automatização do progresso" cuja contrapartida é uma redução do conflito entre o "velho" e o "novo"⁶⁷.

O *segundo traço* do modelo, o conceito e funções da empresa, percebida como grande corporação, aponta na mesma direção: incrementos de racionalidade decisória, amplitude estratégica e eficiência organizacional. Do ponto de vista teórico, no entanto, a corporação schumpeteriana implica uma redefinição radical do conceito de empresa relativamente ao de "função de produção" característico da abordagem neoclássica. Schumpeter não o fez, mas seus "discípulos", Penrose e Chandler em particular, tomaram a si a tarefa de fazê-lo. Empresas nesse contexto são "estruturas heterogêneas de seleção e combinação de recursos materiais e humanos cuja distribuição, no tempo, entre utilizações distintas é determinada por decisões administrativas"(cf Penrose:1962 p 27)⁶⁸.

Essa concepção de empresa como estrutura administrativa remete diretamente à obra de Chandler. Partilhando da mesma ideia-chave de Penrose, Chandler recupera a noção schumpeteriana de firma como agente de transformação, e lhe dá poder analítico e conteúdo conceitual. 69. Sua mensagem fundamental, desde *Strategy and Structure*, é a descrição da emergência e discussão da maior eficiência comparativa da grande empresa vertical e/ou horizontalmente integrada *vis a vis* a firma *manchesteriana* possuída e gerenciada individualmente. Entendida, na perspectiva de Schumpeter, como uma inovação organizacional, a grande corporação é na perspectiva Schumpeter-Chandler, uma *mão visível* por meio da qual se integram estruturas administrativas e estratégias inovativas, e onde o resultado típico do seu funcionamento é a transformação, qualitativa, do entorno onde atua (cf Chandler:1962: introdução e conclusão, 1977 idem, 1990, parte 1 e conclusão, e Lazonick: 1991, cap 6)⁷⁰.

⁶⁶ É verdade que as novas formas de *networking* estão introduzindo elementos que, aparentemente, tendem a relativizar essa proposição. Os casos dos distritos industriais na *terceira Itália* e, da *rota 128* em Massachussets são ilustrativos a esse respeito (cf Best :1990, cap 7). Por outro lado, vale lembrar que essa dispersão tecnológico-produtiva na emergência de novos paradigmas tecnológicos faz parte da estrutura industrial capitalista contemporânea. Nesse sentido, a leitura do clássico de Landes (1969) ajuda a lembrar que isso também ocorreu nos começos da indústria elétrica e, da própria automobilística, e, como foi, posteriormente, relativizado de modo significativo por uma significativa reconfiguração das estruturas de mercado, no sentido da sua concentração.

⁶⁷ Aqui, é óbvio que a expressão (automação do progresso) deve ser tomada com cautela. Deve ser entendida, a nosso juízo, e para não entrar em contradição com a própria visão de concorrência do autor, como a *sistematização do processo de busca de inovações através da sua introjeção nas estratégias competitivas das empresas* (cf Nelson e Winter : 1982 a respeito). O mesmo se aplica à ideia de relativização do conflito entre *tradição e inovação*: uma *cultura empresarial orientada pelo reconhecimento da inexorabilidade da mudança* pode, certamente, *amortecer e administrar no tempo* esse conflito; suas bases objetivas (especificidade de ativos, *path-dependences*, *lock-in* etc) não podem ser simplesmente "descartadas".

⁶⁸ A rigor, como notado acima, Penrose não pode ser chamada de discípula de Schumpeter. Trata-se de um caso de convergência de enfoques, os quais foram, sim, mutuamente fertilizados por "discípulos de segunda geração".

⁶⁹ Esse tema, as características da "empresa schumpeteriana", é aqui introduzido de forma sintética, na medida em que será retomado adiante, na próxima seção.

⁷⁰ Sua definição de empresa em *Strategy and Structure* é a seguinte: "an independent economic organism ...created over and above the individuals who constitute it [that] leads a life of its own, which often exceeds in length that of its human members"(cf 1962:p 8).

Empresas como *locus de estratégias* e capacitação organizacional como o suporte necessário à sua integração formam a coluna vertebral da análise Chandleriana. A substituição da "mão invisível do mercado" pela coordenação administrativa via grandes corporações é, na visão de ambos, o evento crucial na raiz do aparecimento de *um novo tipo de capitalismo*; corporativo ou "trustificado" na linguagem de Schumpeter, *managerial* na de Chandler. Para ambos, a unidade básica de análise da dinâmica capitalista, é a empresa (e não o "mercado" ou o "contrato") e desse prisma, há pouca dúvida sobre a questão da eficiência comparativa: fragmentado em pequenas unidades, sem fôlego para investimentos de longa maturação e retorno esperado incerto, e permanentemente ameaçado pelo efeito destrutivo de recessões e depressões, essa *empresa manchesteriana* retratada como "tipo-ideal" pela teoria convencional é decididamente a perdedora. Schumpeter é eloquente na comparação:

" O que temos que aceitar é que [a grande empresa] se tornou a máquina mais poderosa desse progresso e, em particular, da expansão a longo prazo da produção total..... A esse respeito, a concorrência perfeita é não apenas impossível, mas também inferior, e não tem títulos para ser apresentada como modelo de eficiência " (1942:p 141)⁷¹.

A *terceira característica* do modelo, mercados heterogêneos e estruturas de mercado oligopolizadas, também traz consigo elementos de estabilidade e eficiência *potenciais*. O conceito de mercados heterogêneos reforça e estende a noção de concorrência schumpeteriana como *luta pela monopolização temporária de oportunidades de mercado*, para estruturas onde o dinamismo tecnológico não é a característica fundamental. Mercados heterogêneos significam intensa diferenciação de produtos, envolvendo localização, inovações incrementais, marketing, graus variados de reputação, confiança recíproca entre compradores e vendedores.

Correspondem, em suma, à existência de *nichos de mercado* mesmo para produtos cujas características objetivas não difiram tanto entre si. Nichos que são, tentativamente, mantidos através de estratégias de preço, qualidade, atendimento e propaganda⁷². A eficiência resultante é diretamente proporcional à intensidade da presença desses elementos no processo competitivo. A concorrência é via inovações, mas inovação em Schumpeter é, como tentamos mostrar, *um conceito maior do que progresso técnico*.

Nessa moldura analítica, o primeiro "vilão" a ser desmistificado aqui é o *mark-up*. O fato das empresas exercerem controle de mercado e operarem como *price-makers* não é, na visão de Schumpeter,

⁷¹ Ao que aduz, indicando perceptivamente a existência de um exemplo flagrante de incoerência institucional nos E.U.A: "É portanto, um erro basear a teoria da regulação governamental no princípio de que a grande empresa deveria ser obrigada a funcionar como o faria a indústria respectiva em concorrência perfeita "(1984: p 141).

⁷² Note o leitor a semelhança do argumento de Schumpeter com as teses de Sraffa sobre controle de nichos de mercado, nas últimas páginas do seu *artigo-terremoto* de 1926(cf Sraffa 1988 [1926]: pp 22-34) .

sinônimo de ineficiência e exploração do consumidor (teoria neoclássica) ou do trabalhador (teoria marxista) mas de estratégias de investimento em *contextos não ergódicos*. *Mark-ups* e retenção de lucros significam então possibilidades de autofinanciamento para as empresas.

Superlucros associam-se, nessa visão, a inovações bem sucedidas no passado, e à possibilidades futuras de "superinvestimentos". O meio-ambiente que *obriga* as empresas a agir desta forma e *investir*, é o da "concorrência schumpeteriana", discutido anteriormente, onde os traços mais proeminentes são a *destruição criadora* e a *concorrência potencial*:

"... como fato e como ameaça, o impacto de novas coisas - novas tecnologias por exemplo - sobre a estrutura existente de uma indústria reduz consideravelmente o alcance e a importância a longo prazo de práticas que visam, através de restrição da produção, conservar posições estabelecidas e maximizar os lucros decorrentes das mesmas". (1942:p 117).

Estruturas de mercado oligopolizadas significam, portanto, não a ausência de competição e letargia, mas o seu oposto: progresso técnico e inovação endogeneizados, capacidade de autofinanciamento, produção em massa, economias de escala, mobilidade de barreiras à entrada e monitoramento permanente entre os concorrentes. Em uma palavra: "competição em todas as frentes". É à luz desse contexto que ganha sentido o que a primeira vista pode parecer um paradoxo schumpeteriano. O de que as posições de monopólio só são conquistadas e mantidas, se as empresas manifestarem comportamentos "radicalmente não monopolistas"(cf:1942 p 132). ⁷³

O segundo "vilão", associado a "práticas monopolistas", a ser derrubado é o da "rigidez de preços". No modelo de Schumpeter tal fato é, no curto prazo, uma *couraçada protetora* e um elemento de estabilização da estrutura de mercado, e, no longo, um mito. Preços rígidos são, no curto prazo, couraçadas protetoras contra "guerras de preço" cujas consequências predatórias podem quebrar empresas, queimar ativos e destruir empregos. São também elemento de estabilização, tanto pela razão anterior, quanto por amortecerem efeitos de propagação derivados de uma contração de demanda efetiva e dos comportamentos defensivos e preferência pela liquidez a ela associada:

"As pessoas que, numa depressão, se preocupam com o futuro tendem a não comprar um carro novo mesmo que o preço caia 25%, principalmente se for fácil adiar a compra e se a redução de preços induzir a expectativas de maiores reduções[.....]visto que assumimos que a recusa em reduzir preços fortalece a posição das indústrias que adotam tal política (seja aumentando sua renda, seja simplesmente evitando o caos em seus mercados) ela pode transformar em

⁷³ " ...sobre isso, não se deve construir qualquer teoria geral ,pois, uma posição de monopólio não é ,em geral,uma almofada sobre a qual se durma .Da mesma forma que pode ser obtida,só pode ser mantida com muita atenção e energia "(cf Schumpeter:1942,p 135).Os executivos da G.M , Xerox e , da I.B.M frequentemente se sentem "identificados"com essa posição, embora na sua maioria nunca tenham ouvido falar de Schumpeter - exceto,talvez, pelas reportagens ocasionais da *Forbes* que o retratam como um liberal extremado, ignorando completamente a existência desse tipo de questão na sua obra .

fortalezas o que de outra forma seriam centros de devastaçã[o]. . . .]. Em outras palavras, nas condições criadas pela evolução capitalista, uma perfeita e universal flexibilidade de preços pode. . . . instabilizar ainda mais o sistema, ao invés de estabilizá-lo"(cf 1942: p 127).

Nessas circunstâncias a rigidez de preços, perceptível apenas na ótica do curto prazo, é tática (e não "conspiratória") e encaixa-se numa estratégia onde o objetivo é " evitar flutuações de preços sazonais, aleatórias e cíclicas, e mover-se apenas em resposta a mudanças mais fundamentais nas condições subjacentes às atuais flutuações "(cf 1942: p 125). Quanto ao longo prazo, a posição de Schumpeter a esse respeito é tanto precisa, como empiricamente procedente: Não existem casos importantes de rigidez de preços a longo prazo.

" Qualquer que seja a indústria de transformação ou grupos de artigos importantes que escolhamos para investigar ao longo de um período de tempo, praticamente sempre descobrimos que, no longo prazo, os preços não deixaram de se adaptar ao progresso tecnológico- é frequente caírem de modo espetacular em resposta a ele "(1942:p 124).

Em síntese, a fixação, e administração, de preços é objeto de estratégia empresarial, e arma na concorrência⁷⁴. É fundamental adicionar aqui a seguinte observação (que parece passar despercebida ao próprio Schumpeter): preços flexíveis no longo prazo podem conviver com *mark-ups* rígidos (constantes), *ou mesmo crescentes*. Trata-se simplesmente de uma questão de velocidades relativas de queda; de custos e preços. Donde se infere que, nesse modelo, é possível que consumidores estejam se beneficiando de reduções de preço, trabalhadores de aumentos de salário real, e empresas de incremento na sua capacidade de autofinanciamento⁷⁵. Ou seja: um "jogo de soma positiva".

Quanto aos últimos traços do "modelo", capacidade ociosa e existência de desemprego involuntário, é preciso separá-los conceitualmente, para efeito da nossa discussão. A existência de capacidade ociosa longe de ser percebida como "sintoma de desperdício", encaixa-se, pelo contrário, nas

⁷⁴ Na realidade, os ajustes via preços, que formam o núcleo da economia marginalista, cumprem , na Schumpeteriana, um papel marginal:

"... Na realidade capitalista, diferentemente de sua descrição nos livros-texto, não é esse tipo de concorrência [via preços] que conta, mas a concorrência através de novas mercadorias , novas tecnologias, novas fontes de oferta , novos tipos de organização.....concorrência que comanda uma vantagem decisiva de custo ou qualidade, e que atinge não a franja dos lucros e da produção das firmas existentes, mas suas fundações e sua própria vida "(cf Schumpeter: 1984 p 114).A dinâmica dos preços é, portanto, produto de uma interação entre variáveis tecnológicas e estratégicas ,onde as empresas são *agentes cruciais* ,e não meros *reagentes unidimensionais* .

⁷⁵ " Do ponto de vista do analista econômico, o principal mérito dos clássicos consiste em ter afastado,juntamente com muitos outros erros grosseiros ,a ideia ingênua de que atividade econômica na sociedade capitalista ,por ser motivada pelo lucro ,deva em virtude apenas desse fato ,ir necessariamente contra os interesses dos consumidores"(Schumpeter:1984 p 103).Do ponto de vista da teoria neoclássica, a lição parece ter sido apenas parcialmente aprendida, pois a atividade econômica capitalista só é julgada eficiente quando tem origem em agentes atomizados e com capacidade apenas adaptativa, e, não resulta em lucros extraordinários.

rubricas "estratégia ofensiva" e "arma da concorrência". Capturar rapidamente um novo mercado, ou impedir que o seu próprio seja "tomado de assalto" numa conjuntura expansiva por ausência de capacidade produtiva de reserva são, nessa moldura analítica, elementos perfeitamente racionais e práticas correntes nas estratégias empresariais. Só adquirem o aspecto de anomalias no mundo estático da concorrência perfeita (um universo onde olhando mais detidamente, constata-se que,*não há competição* -cf a respeito Stigler *in* Leue e Moore eds: 1986, cap 16) Capacidade ociosa planejada é, no contexto schumpeteriano, simultaneamente, uma *couraça protetora*, e um *instrumento de agressão responsável pela criação de pressões competitivas adicionais* (1942: p 119)⁷⁶.

Sintetizando o argumento até aqui: na interpretação de Schumpeter-Galbraith-Chandler, *bigness* implica em maior capacidade de investir, e *pode* significar mais eficiência produtiva (via economias de escala e organização por exemplo). Controle de mercado é um veículo para a aceleração do progresso tecnológico e agilização na difusão de inovações, capacidade ociosa planejada é um elemento estratégico, e estruturas de mercado oligopolizadas reduzem a instabilidade característica de estruturas **produtivas** atomizadas. Na base desse *modus-operandi*, o contexto da incerteza tecnológica, destruição criadora e pressão competitiva permanente; vale dizer, um contexto onde as firmas são os agentes de mudança, e onde as inovações agem, no tempo, destrutivamente sobre a inércia empresarial.

A *última característica* do modelo, a existência de desemprego involuntário⁷⁷, demanda uma reflexão à parte. Aqui, não se trata obviamente de um fator de "estabilidade e eficiência" mas, *o oposto*. O ponto revela, a nosso juízo, claramente uma *capitulação não declarada* de Schumpeter aos fatos das décadas 20 e 30, e a argumentos de seus dois adversários intelectuais mais "incômodos": Keynes e Ricardo. Pela ótica keynesiana, não havendo razões teóricas para se postular *quer a inevitabilidade do equilíbrio quer, a fortiori, a sua coincidência com o pleno emprego*, a existência deste ou é acidental, ou proposital (vale dizer: socialmente construída). Em termos ricardianos: não existindo qualquer garantia sobre a neutralidade da mecanização *vis a vis* o volume de emprego na economia, e sendo o progresso técnico tipicamente poupador tanto de capital quanto de trabalho (uma ideia endossada explicitamente por Schumpeter), a existência de desemprego estrutural tende a ser mais a norma que a exceção:

"Não creio que o desemprego esteja entre os males que, como a pobreza, a evolução capitalista poderá eliminar por si só[.] duradouro ou temporário, piorando ou não, o desemprego, sem dúvida alguma, é e sempre foi um flagelo. "(1942:p 97)

⁷⁶ Para uma interpretação oposta desse fenômeno, ver Steindl: 1952.

⁷⁷ " No caso geral do oligopólio, não existe qualquer equilíbrio determinado [.] E mais importante que tudo: nas condições descritas, o equilíbrio, mesmo se finalmente alcançado, através de métodos extremamente custosos ,não garante mais nem *o pleno emprego* nem a produção máxima no sentido da teoria da concorrência perfeita"(1942: p 109).

Aceita essa *advertência* sobre a estrutura de funcionamento do capitalismo corporativo, duas fontes de instabilidade e ineficiência potenciais são introduzidas na sua morfologia: desperdícios de recursos humanos e a possibilidade de conflitos entre capital e trabalho. Aqui, Schumpeter insere uma discussão de caráter normativo na qual é possível unir seus argumentos aos de Keynes. Em relação ao desemprego, há uma convergência de diagnóstico, com divergência de prescrições, entre Keynes e Schumpeter. Para o primeiro, como se sabe, a política econômica e novos arranjos institucionais deveriam fazer da sua eliminação um objetivo prioritário (Keynes:1931 parte 4; e 1936: caps. 12 e 24). Para Schumpeter, a providência essencial é *a eliminação da face perversa do desemprego*, mais do que a obtenção de pleno emprego "a qualquer preço"⁷⁸. Os pontos comuns são a ênfase nas soluções institucionais, e a percepção da funcionalidade da cooperação público-privada para administrar essa questão. Nas palavras de Schumpeter:

" afirmo que a tragédia real não é o desemprego per se; a tragédia é o desemprego junto com a impossibilidade de prover adequadamente aos desempregados sem ameaçar as condições para o desenvolvimento econômico futuro, pois obviamente o sofrimento e a degradação - a destruição de valores humanos - que associamos ao desemprego seriam amplamente eliminados e o desemprego perderia praticamente todo o seu terror se a vida privada do desempregado não fosse seriamente afetada por tal situação [.....] Nos Estados Unidos, pelo menos, a maior parte da tarefa poderia, mesmo agora, ser cumprida sem um esforço muito grande do sistema"

Sua conclusão é eloquente:

" Grande parte da mesma argumentação se aplica às possibilidades futuras - e, em grande escala presentes - da evolução capitalista no tocante aos cuidados com idosos e doentes, à educação, à saúde e higiene, e assim por diante[.....] Isso pode ocorrer tanto através de arranjos entre os poderes públicos e os produtores, como pela nacionalização ou municipalização, cujo processo gradual seria, naturalmente, um dos aspectos do desenvolvimento futuro" (1942:p 98, grifo nosso).

A reflexão de Keynes a esse propósito aponta, na mesma direção. Desde 1925, no seu ensaio *Am I a Liberal*, ele já antecipa uma postura convergente com a qual Schumpeter irá convergir:

" In the economic field we must find new policies and new instruments to adapt and control the working of economic forces, so that they do not intolerably interfere with contemporary

⁷⁸ Vale dizer, por exemplo, através de políticas fiscais e monetárias cujo efeito sobre o *espírito empreendedor - animal spirits* no vocabulário de Keynes - fosse desestimulante (cf sua apreciação crítica do New-Deal e o pós-guerra nos E.U.A : 1984,cap 23) .

ideas as to what is fit and proper in the interests of social stability and social justice"(1931[1925] p 337).

Os argumentos anteriores nos remetem diretamente a um debate contemporâneo: a questão da interação social entre os agentes nas suas atividades econômicas, e, em particular, ao conflito entre "capital" e "trabalho" e, às possibilidades de sua *gestão*. O elemento crucial a ser sublinhado aqui, é que o "princípio cooperativo", que emerge de ambas as perspectivas discutidas no que se refere à estabilidade e eficiência sistêmicas estende-se também ao terreno das "relações sociais de produção". *A implicação conceitual disso é a (antecipação da) proposição sobre a existência de uma afinidade eletiva entre capitalismo corporativo e práticas neocorporativistas de intermediação de interesses.*

Ou, dito de outra forma, ao fato de que tanto no "paradigma da destruição criadora" de Schumpeter, quanto na "Economia monetária de produção" proposta por Keynes, a estabilidade é uma "construção" institucional", e não um atributo inerente ao funcionamento do sistema. Essa linha de argumentação será retomada na conclusão do presente texto. Antes de concluí-lo, é necessário resumir os traços fundamentais de uma linha de investigação, acima já referida, que ao incorporar a análise schumpeteriana centrada nas características do "Big Business" e das estruturas de mercado oligopolizadas, dá uma passo significativo no preenchimento de uma lacuna importante da obra de Schumpeter: A construção de uma teoria propriamente schumpeteriana da empresa: a "visão baseada em recursos", e sua evolução em direção à "abordagem das capacidades dinâmicas".

9- Recursos, conhecimento e capacitações dinâmicas: em direção a uma teoria da firma fundada na inovação⁷⁹.

“The main idea of the [resource-based perspective] that firms are essentially different in terms of their endowments of productive resources and that the resulting efficiency differences yield differential rents is anticipated, most notably, by Edith Penrose” (Foss, 1997)

Como sublinhado anteriormente, a teoria Schumpeteriana do desenvolvimento, centrada na inovação, não abrange a construção de uma “teoria da empresa centrada na inovação”, embora forneça importantes subsídios nessa direção. Aqui, iremos apenas delinear o contorno, e os traços mais importantes, de duas abordagens, acima mencionadas, e essencialmente complementares, para a construção dessa ‘teoria Schumpeteriana’ da firma. A primeira, proposta inicialmente por Edith Penrose, no seu livro de 1959, que se firmou na literatura sob a rubrica de “visão baseada em recursos” (VBR), e a segunda, a “abordagem das capacitações dinâmicas”, com raízes Neo-schumpeterianas, em Nelson e Winter (1977 e 1982), mas consolidada por Teece, Pisano e Shuen (1997).

A despeito de sua forte convergência com a teoria de Schumpeter, a VBR foi concebida, por Penrose, de forma independente⁸⁰. Subsequentemente, como resultado da incorporação à VBR de uma “dimensão mais explicitamente schumpeteriana”, através da explicitação da centralidade das inovações, e do processo de concorrência à elas associado, desenvolve-se a abordagem das “capacitações dinâmicas”, tendo em Sidney Winter, Richard Nelson, Cynthia Montgomery, Nicolai Foss, Christos Pitelis, Michael Best Bill Lazonick, e David Teece, seus principais protagonistas⁸¹.

Começemos pela VBR. Essencialmente, essa abordagem postula que as empresas que auferem lucros “superiores”, o fazem não por terem uma posição produto-mercado melhor, ou por estarem em um setor mais favorável à incumbentes, mas sim porque se apropriam de rendimentos extraordinários – rendas (*rents*)⁸² – oriundos da especificidade (escassez) de *recursos, os quais são criaturas da firma*. Ao buscar entender porque estratégias bem sucedidas **não** são rapidamente imitadas e então anuladas em sua eficácia, ela postula que **são as diferenças em recursos que estão no coração do problema estratégico**: recursos singulares são, portanto, ‘a essência da vantagem competitiva sustentável’.

⁷⁹ Essa seção do texto é uma adaptação de Burlamaqui e Proença: 2003.

⁸⁰ No Livro de 1959, Schumpeter é citado apenas três vezes, e sempre em notas de pé de página.

⁸¹ Cf. Winter: 1964, 1975, 2003, Montgomery Ed: 1995, Foss and Knudsen: 2013, Pitelis: , Lazonick and Teece Eds: 2012

⁸² Entendidas na sua acepção Ricardiano -Marshalliana de quase-rendas de monopólio.

A proposição central é que um recurso é um atributo da firma que não pode ser alterado no curto prazo. Recursos podem ter várias formas, desde a de fatores de produção comuns até a de ativos altamente diferenciados. Mas devem ser sempre percebidos em seu caráter de *estoque*, em contraponto às atividades da firma, pelas quais corre o *fluxo* de receitas, investimentos e despesas (Dierickx e Cool, 1989). Adicionalmente, deve-se definir os recursos como tangíveis e intangíveis. Os recursos tangíveis, mais fáceis de avaliar, são os ativos visíveis da empresa. Incluem propriedades, instalações, estoques de matérias-primas, entre outros. Tipicamente, por poderem ser comprados, pouco somam para a vantagem competitiva. Há exceções, claro: uma rede de lojas bem instalada e localizada pode representar fonte inestimável de vantagem competitiva sobre concorrentes; a propriedade exclusiva dos direitos sobre uma rica mina de metais preciosos também.

Os recursos intangíveis abrangem os todo um estoque ativo das firmas, difíceis de mensurar. Incluem atributos tais como marca, cultura organizacional, conhecimento tecnológico, patentes, copyrights, aprendizado e experiência acumulados, entre outros. São ativos com papel normalmente importante, seja para sustentar (ou enfraquecer) posições competitivas ou para valorizar (desvalorizar) a empresa. Além disso, muitas vezes possuem a vantagem de não se deteriorarem/ serem consumidos com o tempo. Pelo contrário: seu uso inteligente pode fazê-los mais fortes e mais efetivos. É deste último ponto, a habilidade da empresa em fazer uso de seus recursos, que se origina um conceito associado a um tipo ‘especial’ de recurso intangível: *as capacidades organizacionais da firma*. Na constatação da importância das capacidades, Penrose (1959:25) já observava que:

“Falando estritamente, não são nunca os recursos [ativos] eles mesmos que são os insumos do processo produtivo, mas apenas os serviços que estes recursos podem render. Os serviços providos por um recurso são uma função da forma como eles são usados – recursos idênticos usados para diferentes propósitos ou de formas distintas ou em combinação com diferentes tipos ou conjuntos de outros recursos, provêm um serviço ou conjunto de serviços diferenterecursos podem ser definidos independentemente de seu uso, enquanto os serviços, não; a própria palavra serviço implica aí uma atividade, uma função é largamente em função desta diferenciação [no uso dos recursos] que encontramos a fonte da unicidade de cada firma individual”.

Neste contexto, *os retornos obtidos pelas empresas, alvo de qualquer estratégia, fluem de recursos, ativos únicos, específicos da firma, que não podem ser imediatamente replicados; são rendas ricardianas, ainda que construídas através de estratégias schumpeterianas*. Rendas derivadas da escassez diante de fatores valorizados mas inerentemente raros, pois endógenos às organizações que os originam⁸³. A VBR

⁸³ A analogia aqui se dá em relação à teoria da renda da terra (diferencial) em Ricardo, onde graus diferenciados de determinadas extensões de terra irão gerar, quando cultivadas, produtos líquidos também diferenciados por conta da irreprodutibilidade, pelas terras de menor fertilidade, do desempenho intrínseco às mais férteis. A VBR trouxe essa analogia para o terreno da organização empresarial através da analogia entre performances diferenciadas entre lotes

distingue-se, assim, da tradicional discussão de posicionamento inspirada na Economia Industrial (Porter, 1980, 1985 e 1996), voltando seu foco de análise para o interior da firma e investigando a força e as deficiências de seu ‘posicionamento em recursos’. No que concerne à lógica a sustentar a vantagem competitiva, a VBR, portanto, postula, por um lado, assimetrias entre as firmas, na forma de heterogeneidade entre os recursos que cada uma possui. Por outro, que tais recursos singulares terão tão maior valor estratégico quanto mais resistentes sejam em seu valor e singularidade à erosão provocada pela competição – isto é, quanto mais resistentes sejam à imitação e à substituição⁸⁴.

A resistência à imitação é propiciada por ‘*mecanismos de isolamento*’, tais como especificidade de ativos, aprendizado e experiência acumulados, ambigüidade causal para desempenho excepcional da firma, e mecanismos de proteção legal (Rumelt,1984)⁸⁵. A resistência à substituição estará associada ao comportamento da empresa, à sua capacidade de renovar seu posicionamento competitivo. Voltaremos a este ponto logo adiante. Outras considerações se somam a estas na constituição desta lógica de sustentação – apropriabilidade - das vantagens competitivas conctruídas. Por um lado, a mobilidade imperfeita dos recursos (*no or low - tradeability*) é importante para assegurar que as rendas permaneçam sob controle da firma .

A construção de uma teoria “verdadeiramente schumpeteriana” da firma, entretanto, exige mais. Embora a VBR em suas origens considerasse com propriedade o passado na construção da força da posição competitiva presente da firma, e as razões de sua perenidade em um ambiente estável, *a questão posta das decisões para o futuro exige um maior desenvolvimento de seu potencial de avaliação da competição em ambientes assumidos como ‘dinâmicos’*. Estes seriam aqueles contextos em que mudanças no ambiente, graduais ou súbitas – provocadas pela concorrência, entre outros - atingiriam os pressupostos da estratégia em curso, e colocariam em xeque o valor dos recursos da firma.

A VBR, de fato, sempre esteve aberta a considerações dinâmicas. Para tal, importa a diferenciação entre ‘estoque’ e ‘fluxo’, pois a mesma implica que as decisões sendo tomadas no ‘fluxo’ de atividades estarão construindo os ‘estoques’ de recursos futuros da empresa. É preciso, portanto, construir um padrão

de terra de fertilidade distinta, e diferenças de performance entre empresas dotadas de recursos com graus de “fertilidade competitiva” também distintos. A convergência com a “dimensão Ricardiana” cessa, entretanto, quando se sublinha a dimensão estática da mesma, as diferenças de fertilidade são “naturais” e estáticas”, Em Ricardo, ao passo que os “recursos penrosianos” são construções empresariais, e sua natureza é dinâmica: mudam ao longo do seu crescimento. Essa dimensão dinâmica será, de fato, incorporada, como já veremos, pela “abordagem das capacitações dinâmicas”, já referida.

⁸⁴ É importante salientar aqui, prevenindo a usual crítica de que a VBR ‘só olha para dentro’, que o valor de um recurso se explica não só pela escassez em si – ameaçada pela imitação – mas também pela demanda sobre aquilo que ele produz – ameaçada pela substituição. Sem que haja demanda, a escassez em si não faz sentido competitivo algum.

⁸⁵ Este é um dos dois artigos que costumam ser identificados como marco de origem da volta do tema ‘recursos’ à literatura em Estratégia Empresarial. O outro é Wernerfelt (1984).

consistente, ao longo do tempo, de conformação de recursos, para que a empresa construa um patamar adequado de ‘estoques’ de ativos estratégicos. Uma perspectiva dinâmica sugere, inclusive, que recursos (unicos) ajudam a sustentar posições estratégicas fortes; e que ações estratégicas centradas na busca de inovações ajudam a desenvolver recursos valiosos (Collis e Montgomery, 1997, Ghemawat e Pisano, 1999).

O aprofundamento dessa perspectiva dinâmica, caberá à “abordagem das capacitações dinâmicas” (ACD), a qual, sem abandonar a VBR, reforça sua atenção à interpenetração entre recursos existentes e estratégias para recriá-las ao longo do tempo. Isso a leva à questão da intensidade das dinâmicas de imitação e substituição que permeiam todo o tecido produtivo. Aceitar um ‘contexto dinâmico’ é assumir a dificuldade em “navegar” essa dinâmica (Teece, D., Pisano, G. e Schuen, A, 1997)⁸⁶. Neste contexto, a ACD percebe a força competitiva de uma empresa como menos centrada em ‘ordenhar’ recursos acumulados no passado, com seu valor sempre ameaçado pelas estratégias de imitação dos concorrentes, e *mais na criação de novos produtos, serviços e capacitações centrados em inovações*. Em outras palavras, ao assumir o processo concorrencial como schumpeteriano, a ACD incorpora justamente, ao seu núcleo de preocupações, a busca por *lucros schumpeteriano sustentáveis*. Isto é, lucros fundados no “empreendedorismo produtivo” e na diferenciação pelas vias da qualidade, produtividade, e rebaixamento de custos e preços.

As ‘capacitações dinâmicas’ referem-se às habilidades associadas à inovação dentro da firma. Incluem o desempenho da empresa ao criar e desenvolver novos produtos, processos e rotinas, e responder eficiente e eficazmente a mudanças ambientais. Tais “capacitações dinâmicas” são, nesse sentido, definidas como críticas para sobrevivência no longo prazo da empresa. São seus “motores de geração contínua de inovações”. A hierarquização entre ‘dinâmicas’ e ‘estáticas’ também não deve obscurecer o fato de que, em muitos setores, capacitações estáticas são centrais, estando associadas à sustentação de diferenciais de desempenho em dimensões-chave para competitividade da firma. De nada adianta saber inovar para amanhã se não se consegue sobreviver hoje! Permanece, entretanto, é claro, o fato de que enquanto as “estáticas” são frutos do passado, as “dinâmicas” são as criadoras do futuro.

Assim, na articulação entre VBR e ACD, é possível reconhecer, justamente, os fundamentos de uma “teoria Schumpeteriana da empresa”, onde a conexão dinâmica entre *recursos*, inovações, formulação de estratégias e reconfiguração de estruturas de mercado é central. Trata-se, do ponto de vista da empresa, da busca de um processo permanente de reestruturação, propellido ininterruptamente por todos os tipos de inovação (radicais, incrementais, de produto, processo, organização, gestão, marketing etc.).

⁸⁶ A expressão “capacitações dinâmicas”, tradução literal da sonora expressão *dynamic capabilities*, não carrega consigo a imediata identificação com a ideia de habilidades estáveis de gerar inovações. Está em si correta – o adjetivo “dinâmico” quer dizer “o que diz respeito à força, ao movimento” (Dicionário Houaiss et al.) – mas é imprecisa. Uma tradução mais atenta ao significado do conceito proposto seria “capacitações dinamizantes”, ou “motrizes”, no sentido de serem estas as responsáveis pelo dinamismo da empresa. Mas por força da influência da tradução literal, e dado que ela está em essência correta, assume-se neste texto a tradução “capacitações dinâmicas”.

A moldura Schumpeteriana, como se viu, concebe a competição como um processo disruptivo - e não como ajustamento – cujo resultado é a monopolização temporária de oportunidades de mercado e a consequente diferenciação – e não equalização – das taxas de lucro (i.e. com geração de rendas diferenciais para os “bem sucedidos”). Ademais, o conceito schumpeteriano de concorrência potencial aponta para uma importante consequência da conexão dinâmica entre estratégias, inovações e reconfiguração do ambiente competitivo: o fluxo permanente de novos produtos e métodos de produção e organização concorrem com os velhos em condições de superioridade, o que pode significar a “morte” para os últimos; para evitar a destruição, todas as empresas são obrigadas - mais ou menos rapidamente - a seguir o exemplo, e investir.

Isto, por sua vez, implica a percepção da concorrência como o condicionante básico das estratégias empresariais, e, simultaneamente, do seu impacto transversal sobre a estrutura econômica, no presente e para o futuro. Ou seja, o processo competitivo opera não só em mercados existentes e entre empresas do mesmo setor, mas também entre empresas de setores diferentes, e por mercados que só existirão de fato no futuro, embora suas raízes estejam plantadas no presente, por intermédio de suas políticas de pesquisa e desenvolvimento.

Tem-se, assim, os contornos de uma *perspectiva evolucionária do funcionamento das empresas*, onde as inovações, o tempo (histórico e expectacional) e o *timing* da ação estratégica cumprem papel fundamental na construção de competitividade sistêmica, e , conseqüentemente, na compreensão dos fundamentos da clivagem entre “vencedores” e “perdedores”.

Figura 5

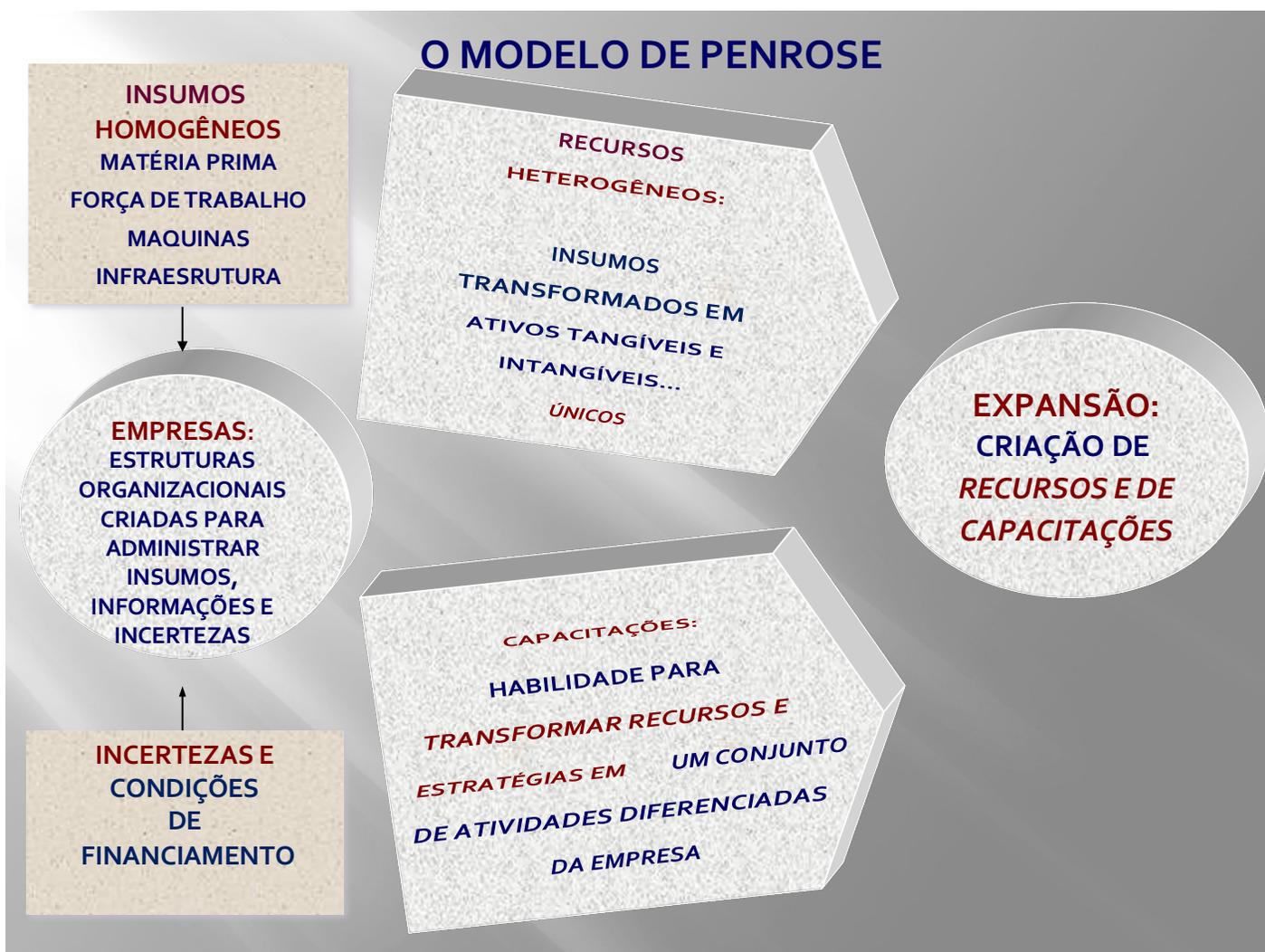


Figura 6

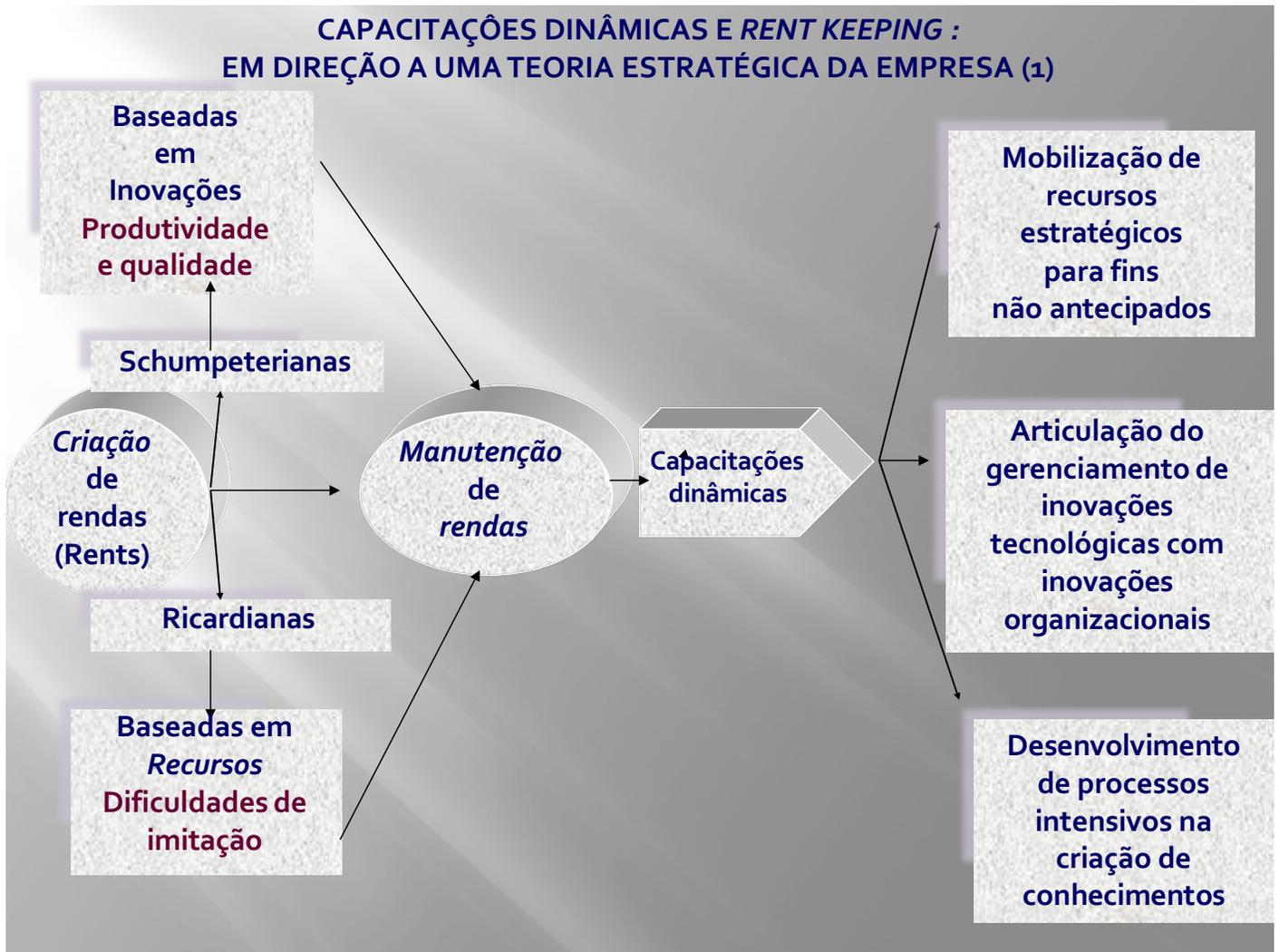


Figura 7

CAPACITAÇÕES DINÂMICAS E RENT KEEPING :
EM DIREÇÃO A UMA TEORIA ESTRATÉGICA DA EMPRESA (2)



10- Conclusão: Destruição Criadora e Economia monetária de produção: convergências analíticas.

" Schumpeter and Keynes are compatible, for they both defined the problem of economics as the analysis of a monetary production economy "(Minsky, 1990).

Há uma significativa, e relativamente pouco explorada, afinidade entre os elementos teóricos contidos nos “paradigmas” da *destruição criadora* e da *economia monetária de produção*. A título de conclusão, vamos assinalar algumas. Do ponto de vista dos elementos de *instabilização do sistema*, a incerteza, que deriva em Keynes do entrelaçamento entre moeda, tempo irreversível e obscuridade do futuro, é também central na teoria Schumpeteriana: inovações são, na sua perspectiva, **incerteza em estado puro**.

■ Do ponto de vista da empresa, o processo de destruição criadora envolve, como vimos, o surgimento de concorrentes não antecipados, ameaças a setores e empresas estabelecidos , e risco de obsolescência parcial, ou mesmo total, dos seus ativos .

■ Do ângulo da economia como um todo, a *incerteza schumpeteriana* resulta da imprevisibilidade dos rumos do progresso técnico e organizacional e, portanto, do perfil e dos parâmetros operacionais futuros dos setores afetados.

As implicações *teóricas* fundamentais desses argumentos são, na perspectiva de Keynes, a impossibilidade da teoria econômica produzir “previsões” e a inexistência de qualquer posição de equilíbrio de longo prazo. Na perspectiva de Schumpeter:” *O investimento de longo prazo em condições de mudança rápida, especialmente Sob condições que mudam, ou podem mudar a qualquer momento sob o impacto de novas mercadorias e tecnologias, é como atirar, com baixa visibilidade num alvo móvel, e que se move aos solavancos.*” (Schumpeter: 1942. p 118, grifo nosso).

O universo da concorrência Schumpeteriana também é ,como o de Keynes, não ergódico; e as estratégias empresariais em Schumpeter implicam múltiplas racionalidades, e, à semelhança da decisão de investir em Keynes, em irreversibilidades, e imprevisibilidade .Inovações, como eventos cruciais, introduzem descontinuidades: Descontinuidade significa, nesse contexto, mudança rápida e frequentemente radical, que leva ao surgimento e ao cancelamento de oportunidades de investimento , lucros e perdas. *A natureza da decisão de inovar é ,por isso mesmo ,necessariamente especulativa; é uma aposta*, que depende das expectativas dos empresários sobre o futuro, as quais se formam a partir de suas avaliações - parte objetivas, parte subjetivas - acerca do potencial das inovações.

Em resumo, do ponto de vista de Keynes, a decisão de inovar é uma ação condicionada diretamente pelas expectativas de longo prazo dos empresários, inexoravelmente embebidas em incerteza e a inovação é *um agente de elevação do grau de incerteza imanente a uma*

economia monetária de produção. As duas abordagens apresentam um outro elemento em comum: a ênfase no conflito ao invés da harmonia.

■ Na "economia monetária de produção", há um *conflito explícito entre preferência pela liquidez e volume de emprego criado a cada período de produção*, e um *conflito latente entre valorização de riqueza acumulada no passado e criação de ativos rentáveis no futuro*, por efeito da conversão do capital em um ativo "abundante" (Keynes: 1936: cap.16).

■ Na "concorrência schumpeteriana", esse mesmo conflito entre riqueza criada e sua valorização se explicita (e se resolve) através das inovações, e do processo de destruição criadora, cujos efeitos desafiam interesses estabelecidos, através do sucateamento de equipamentos e da destruição de empregos. *As inovações criam um conflito genérico entre velho e novo*, cuja administração *não* se dá harmonicamente via ação "equilibradora" do mercado (Burlamaqui: 2020). Há, adicionalmente, em Schumpeter, um conflito potencial entre empresários e banqueiros, na medida em que os juros, a despeito de veículos para as inovações, são também um "imposto" sobre os lucros.

Note-se, por outro lado, que há, ainda nesse "terreno", uma diferença relevante entre o que podemos chamar de *incerteza Schumpeteriana* e a *incerteza Keynesiana*. Enquanto essa conduz a **estratégias defensivas**, normalmente centradas na **preferência pela liquidez**, aquela, para ser enfrentada com sucesso, **envolve tipicamente uma postura agressiva por parte da empresa**, que tende a conduzi-la para um comportamento de **preferência pelo crescimento**. Não são posturas antinômicas, mas dimensões distintas, porém complementares, dessa convergência conceitual Keynes-Schumpeteriana, e, naturalmente, das estratégias empresariais

Ambas as alternativas conceituais apontam para universos teóricos onde a *dimensão financeira* desempenha um papel fundamental. Crédito e bancos são, em Schumpeter, o equivalente funcional ao desenvolvimento de "mercados financeiros organizados" em Keynes. Entretanto, o mercado financeiro, na teoria schumpeteriana, não é constituído predominantemente por "especuladores trabalhando para si mesmos", como fica sugerido na avaliação feita por Keynes (1936: cap.12). Pelo contrário, na análise de Schumpeter, os bancos são os agentes que predominam no universo financeiro, e são percebidos como instituições estratégicas para o desenvolvimento; ainda que possam "hipertrofiar" processos de expansão, gerando, através de práticas bancárias avessas ao risco, situações de instabilidade financeira (Schumpeter: 1939, vol1, cap. 4 [C])⁸⁷.

⁸⁷ Nesse capítulo, Schumpeter claramente antecipa os elementos centrais da "hipótese da instabilidade financeira" proposta por Minsky, fato que, curiosamente, o próprio Minsky nunca assinalou (Esse tema será explorado em Burlamaqui: 2022) .

Mais uma vez, entretanto, não se trata de proposições mutuamente exclusivas, mas, pelo contrário, elementos passíveis de integração. O comportamento tendencialmente especulativo do mercado financeiro em Keynes é, na análise formulada por Schumpeter, uma possibilidade não descartada, mas não uma inexorabilidade. Na realidade, a interpretação Schumpeteriana a esse respeito é predominantemente institucional: o resultado concreto do comportamento dos bancos, e do sistema financeiro, é uma variável institucionalmente condicionada, cujo efeito final depende da sua articulação com o sistema produtivo, e do *framework* público-privado onde ambos estão inseridos (Cf. Schumpeter, 1939: cap. 15, parte e 1984 caps. 17 e 28).

Dessa integração de perspectivas analíticas reemerge, reforçada, a percepção do *caráter não natural, e instável, da estabilidade no capitalismo, e da insuficiência do mercado como seu produtor*. Vale dizer, a questão fundamental, vista por esse prisma, não é a da existência de falhas de mercado, mas da constatação de que *o mercado é falho*. Seus mecanismos registram ex-post acertos e erros passados sem serem capazes de atuar, todavia, como sinalizadores para expectativas de longo período, de identificar fontes de competitividade futura para o sistema, ou de agir como elemento de pré-conciliação de decisões entre agentes econômicos.

Numa economia monetária de produção funcionando em um contexto de destruição criadora, *a estabilidade tem que ser construída, e sua matéria prima são organizações e instituições capazes de filtrar do mercado sua instabilidade endêmica, e paralelamente, sinalizar para os agentes econômicos caminhos de redução de incerteza via convergência de expectativas* - tecnológicas, macroeconômicas, e estratégicas de modo geral. Em uma frase, são necessários mecanismos de coordenação, e instituições de regulação e supervisão, que sirvam tanto para administrar os conflitos entre o "velho" e o "novo", e entre preferência pela liquidez e geração de empregos, quanto, especialmente, para tentar identificar – e enfrentar – fontes de instabilização econômica e fragilização financeira *antes* que eles se propaguem.

Do ponto de vista das *instituições ordenadoras do sistema econômicos contratos*, característicos da abordagem de Keynes, também estão presentes na visão Schumpeteriana, sendo complementados por mecanismos de proteção, que Schumpeter denomina, como vimos, *práticas monopolistas*, típicas de estruturas de mercado oligopolizadas. Ambos são, na sua ótica, elementos *de estabilização* do sistema econômico:

"Dessa forma [em condições de mudança rápida e contínua] passa a ser necessário recorrer a artifícios protetores como patentes, segredos temporários ou em alguns casos, contratos de longo prazo assinados por antecipaçãoesses artifícios que a maior parte dos economistas aceita como elementos normais da gerência racional, são apenas casos especiais de uma classe muito maior, que compreende muitos outros, e que a maioria dos economistas condena"(Schumpeter: 1942, p 118).

Para a perspectiva Schumpeteriana, esses mecanismos configuram processos de “Administração da destruição criadora”. Para Keynes, mecanismos muito semelhantes são propostos sob a rubrica de processos de “Socialização do investimento”, mas em cujo cerne estariam a coordenação das estratégias de investimento, a criação de parcerias publico-privadas, e a regulação financeira.

" Creio que e preciso haver algum ato coordenado de apreciação inteligente sobre a escala desejável em que a comunidade como um todo deva poupar, a escala em que esta poupança deva ir para o exterior sob a forma de investimento externos; e sobre se a atual organização do mercado de capitais distribui a poupança através dos canais produtivos mais racionais"

(Keynes, 1926, p. 124)

Concluindo, é preciso sublinhar que a concatenação dessas duas abordagens teóricas é não só possível, mas mandatário, para a construção de uma *teoria da mudança estrutural em uma economia monetária de produção*. Nessa moldura teórica, a *cadeia causal no funcionamento do sistema deve partir das decisões e ações das instituições financeiras, publicas e privadas, e corporações, submetidas ao processo de concorrência, para explicar a criação de crédito e a introdução (ou ausência) de inovações; as trajetórias tecnológicas, e os volumes de investimento, emprego e consumo na economia*. A integração do paradigma da destruição criadora, proposto por Schumpeter, com as características das economias monetárias de produção, elucidadas por Keynes, acrescidos do “Keynesianismo financeiro” delineado por Hyman Minsky, me parece o melhor caminho para esse processo de *reconstrução* da teoria econômica numa perspectiva evolucionária, onde concorrência via inovações, moeda e a dimensão financeira sejam seus elementos fundadores.

Bibliografia

[Citada e complementar]

- Aghion, P., Antonin, C. and Bunel, S., 2021. *The Power of Creative Destruction*. Harvard University Press.
- Allen, L. 1991. *Opening Doors: The Life and Work of J.A. Schumpeter* (2 vols). NY Transaction Books.
- Andersen, E.S. 2009. *Schumpeter's Evolutionary Economics: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Engine of Capitalism*. London Anthem Press.
- Arrow, K.J., 1974. General economic equilibrium: purpose, analytic techniques, collective choice. *The American Economic Review*, pp.253-272.
- Baumol, W: 1993. *Entrepreneurship, Management, and the Structure of Payoffs*. MIT Press.
- Bell, D. 1976. *The Cultural Contradictions of Capitalism*. NY, Basic Books.
- Bell, D. 2001. *The Future of Technology*. Malasya, Pelanduk Press
- Bichler, Shimshon; Nitzan, Jonathan (2021) : The 1-2-3 Toolbox of Mainstream Economics: Promising Everything, Delivering Nothing, Working Papers on Capital as Power, No. 2021/03, The Bichler and Nitzan Archives, Toronto, <http://bnarchives.yorku.ca/678/> .
- Branson, R. 2021: BrainyQuote.com, BrainyMedia Inc https://www.brainyquote.com/quotes/richard_branson_452106, accessed June 23, 2021.
- Burlamaqui, L. 2022. "Schumpeter, Minsky and the origins of the Financial Instability Hypothesis" (Em preparo).
- Burlamaqui, L. 2020 "Schumpeter, the Entrepreneurial State and China UCL- IIPP Working Paper 15.
- Burlamaqui, L. 2021 . "Keynes, um liberal revolucionário" . Texto não publicado.
- Burlamaqui, 2019. "Creative Destruction as a Radical Departure: A New Paradigm for Analyzing Capitalism" in
- Burlamaqui, L and Kattel, R. Eds: "Schumpeter's Capitalism, Socialism and Democracy: A Twenty first Century Agenda". Routledge.
- Burlamaqui, L. 2000. "Evolutionary Economics and the Role of State." In A.C. Burlamaqui Castro and H.J. Chang (eds.). *Institutions and The Role of the State*. Chetelham, E. Elgar, pages. 27-53.
- Burlamaqui, L., A. Castro, and R. Kattel (eds). 2013. *Knowledge Governance*. London, Anthem Press.
- Burlamaqui, L. and J. Kregel. 2005. "Innovation, Competition and Financial Vulnerability in Economic Development." *Revista de Economia Política* 25(2), 5-22.
- Burlamaqui, L. e Proença, A., 2003. Inovação, recursos e comprometimento: em direção a uma teoria estratégica da firma. *Revista Brasileira de Inovação*, 2(1), pp.79-110.
- Carvalho, F., 1988. Keynes on probability, uncertainty, and decision making. *Journal of Post Keynesian Economics*, 11(1), pp.66-81
- Carvalho, F., 1992. *Mr Keynes and the Post Keynesians*. Edward Elgar Publishing.
- Carvalho, F.J., 2011. O Paradigma Pós-Keynesiano. *Revista Wolfius*, 1(1).
- Chandler Jr, A. D. 1977. The visible hand: the managerial revolution in American business.
- Clemence, R, (ed) 2005- *Essays by J.A Schumpeter*. NY Transaction Books.
- Collins, R, 1986: *Weberian Sociological Theory*. NY, Cambridge University Press.
- David Hamilton – 1991 [1970] *Evolutionary Economics_ A Study of Change in Economic Thought*. Transaction Publishers.
- Davidson, P., 1972. *Money and the real world*. Palgrave.
- Davidson, P., 1984. Reviving Keynes's revolution. *Journal of Post Keynesian Economics*, 6(4), pp.561-575.
- Dosi, G., 1988. Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation. *Journal of economic literature*, pp.1120-1171.
- Dosi, G., Freeman, C., Nelson, R., Silverberg, G. and Soete, L., 1988. *Technical change and economic theory*. Pinter.
- Dosi G. (2000). *Innovation, Organization and Economic Dynamics*. Selected Essays. Edward Elgar
- Earl, P. and B. Littleboy, B. 2014. *GLS Shackle*. NY Springer.
- Eichengreen, B.J., 1995. *Golden fetters: the gold standard and the Great Depression, 1919-1939*. NBER series on long-term factors in economic development.

- Freeman C. 1974. *The economics of industrial innovation*, London, Frances Pinter.
- Freeman, C. 1990. "Schumpeter's 'Business Cycles' Revisited". In Heertje A and Perlman, M eds: *Evolving Technology and Market Structure*. Ann Arbor. Michigan Univ Press, pages 17-38.
- Freeman C. 1994. "The economics of technical change", *Cambridge Journal of Economics*, vol. 18, pp.463-514
- Frenkel, R., 1989. Régimen de alta inflación y el nivel de actividad. *Documento CEDES/Centro de Estudios de Estado y Sociedad; no. 26*.
- Gerschenkron, A., 1962. *Economic backwardness in historical perspective*. Harvard University Press.
- Grossman, H. 1941. "Business Cycles." *Zeitschrift für Sozialforschung* 9 (1), 181-189.
- Hahn, F. 1981. "General Equilibrium Theory" in Bell, D and Kristol, I eds: *The Crisis in Economic Theory*. Basic Books.
- Hahn, F., 1984. *Equilibrium and macroeconomics*. Cambridge: MIT Press.
- Hahn, F. (ed.). 1992. *The Market Practice and Policy*. London Palgrave Macmillan UK.
- Hahn, F., and F. Petri (eds). 2003. *General Equilibrium: Problems and Prospects*. London.Routledge.
- Hansen, A. 1951. "Schumpeter's Contribution to Business Cycle Theory." *The Review of Economics and Statistics* 33(2), 129-132.
- Ingrao, B. and G. Israel. 1990. *The Invisible Hand: Economic Equilibrium in the History of Science*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Kalecki, M: 1977. *Crescimento e Ciclo nas Economias Capitalistas*. Hucitec (Coletânea organizada por Jorge Miglioli).
- Keynes, J.M. 1936. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. New York: Harcourt Brace.
- Keynes, J.M., Moggridge, D.E. and Johnson, E.S., 1971. *The Collected Writings of John Maynard Keynes (CWJMK)*. London: Macmillan.
- Knafo, S., 2013. *The making of modern finance: Liberal governance and the gold standard*. Routledge.
- Kregel, J. 1997a. "The Theory of Value, Expectations and Chapter 17 of the General Theory." In G.C. Harcourt and P.A. Riach (eds). *A Second Edition of the General Theory* (2 vols). NY Routledge, pages 261-83
- Kregel, J. 1997 b. "Yes, 'It' Did Happen Again: A Minsky Crisis Happened in Asia." Jerome Levy Institute Working Paper NY.
- Kregel, J. 2001. "Derivatives and Global Capital Flows: Applications to Asia." In H.J. Chang et al. (eds). *Financial Liberalization and the Asian Crisis*. Place: Palgrave, pages 161-74 .
- Kregel, J. 2008. "Changes in the U.S. Financial System and the Subprime Crisis." *Jerome Levy Institute Working Paper* 530.NY
- Kregel, J, 2014: *Economic Development and Financial Stability- Essays* (edited by Kattel, R). London, Anthem Press.
- Kregel, J.A. and L. Burlamaqui. 2000. "Finance, Competition, Instability and Development: The Financial Scaffolding of the Real Economy." In Reinert . *Meeting of the Other Canon Group, Venice, Italy*. Venice: Other Cannon working Paper1-56.
- Kuznets, S. 1940. "Schumpeter's Business Cycles." *The American Economic Review* 30(2), 257-271.
- Landes, D. 1969. *The Unbound Prometheus*. NY, Cambridge University Press.
- Landes, D.S., 1998. *The Wealth and poverty of nations*. Hachette UK.
- Lange, O. 1941. "Review of Business Cycles." *Review of Economics and Statistics* VOL 30(November), pages 257-271.
- Lazonick, W. 1991. *Business Organization and the Myth of the Market Economy*. Place: Cambridge University Press.
- Lazonick, W. 2018. "Innovative Enterprise and Sustainable Prosperity: Taking Up the Schumpeterian Challenge" in *Schumpeter's Capitalism, Socialism and Democracy: A Twenty first Century Agenda*" Edited by Leonardo Burlamaqui and Rainer Kattel. Routledge.
- Lazonick, W. and D.J. Teece (eds). 2012. *Management Innovation: Essays in the Spirit of Alfred D. Chandler, Jr.* NY, Oxford University Press.
- Levin, R.C., A.K. Klevorick, R.R. Nelson, S.G. Winter, R. Gilbert and Z. Griliches. 1987. "Appropriating the Returns from Industrial Research and Development." *Brookings Papers on Economic Activity* 1987(3), 783-831.
- Lipsey, R.G., Carlaw, K.I. and Bekar, C.T., 2005. *Economic transformations: general purpose technologies and long-term economic growth*. OUP Oxford.
- Freeman, C., 1982. Innovation and long cycles of economic development. *SEMINÁRIO INTERNACIONAL. Universidade Estadual de Campinas, Campinas*, pp.1-13.

- Freeman, C., 1987. Technical innovation, diffusion, and long cycles of economic development. In *The long-wave debate* (pp. 295-309). Springer, Berlin.
- Freeman, C., 1990. Schumpeter's Business Cycles revisited. *Evolving Technology and Market Structure—Studies in Schumpeterian Economics*, pp.17-38.
- Freeman, C., & Louçã, F. 2001. *As time goes by: from the industrial revolutions to the information revolution*. London. Oxford University Press.
- Foss, N.J. and Knudsen, C., 2013. *Towards a competence theory of the firm*. Routledge.
- McCraw, T.K. 2000. "Review of Joseph A. Schumpeter in Capitalism." *Socialism and Democracy: Economic History Services Project*.
- McCraw, T.K. (Ed) 1998. *Creating modern capitalism: how entrepreneurs, companies, and countries triumphed in three industrial revolutions*. Harvard University Press.
- McCraw, T.K. 2006. "Schumpeter's Business Cycles as Business History." *Business History Review* 80(2), 231-261.
- McCraw, T.K. 2009. *Prophet of Innovation*. NY, Harvard University Press.
- Mazzucato, M. 2013. *The Entrepreneurial State*. London: Anthem Press.
- Mazzucato, M and Wray, R. 2018. "(Re) introducing Finance into Evolutionary Economics: Keynes, Schumpeter, Minsky and Financial Fragility" in Schumpeter's *Capitalism, Socialism and Democracy: A Twenty first Century Agenda*" Edited by Leonardo Burlamaqui and Rainer Kattel. Routledge.
- Minsky, H. 1975. *John Maynard Keynes*. NY Columbia University Press.
- Minsky, H. 1978. "The Financial Instability Hypothesis: An Interpretation of Keynes and an Alternative to Standard Theory." In Minsky 1982, pages. 59-71
- Minsky, H. 1982. *Can "IT" Happen Again: Essays on Instability and Finance*. Armonk: M.E. Sharpe.
- Minsky, H. 1986a. *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven and London: Yale University Press.
- Minsky, H. 1986b. "Money and Crises in Schumpeter and Keynes." In Wagner , H.J and Drukker JW (eds). *The Economic Law of Motion of Modern Society*. Cambridge: Cambridge University Press, pages.112-123.
- Minsky, H.P. 1990. "Schumpeter: Finance and Evolution." In M. Perlman (ed.). *Evolving Technology and Market Structure: Studies in Schumpeterian Economics*. NY Michigan University Press, 51-73.
- Minsky, H. 1992. "Schumpeter and Finance". Hyman P. Minsky Archive. Paper 280. Available at http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/280.
- Minsky, H. 1996. "Uncertainty and the Institutional Structure of Capitalist Economies." *Jerome Levy Institute, Working Paper* 155.
- Mokyr, J. 1990: *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress*. NY Oxford University Press.
- Mokyr, J. 2016: *A culture of growth*. Princeton University Press.
- Montgomery, C.A. Ed, 1995. *Resource-based and evolutionary theories of the firm: Towards a synthesis* . Springer, Boston, MA.
- Nelson, R.R. and Sidney, G., 1977. Winter. 1977. ". Search of More Useful Theory of Innovation," *Research Policy*, 5, pp.36-76.
- Nelson, R.R. and Winter, S, 1982. *An evolutionary theory of economic change*. harvard university press.
- Nelson, R.R. 2012. "Why Schumpeter has had so Little Influence on today's Main Line Economics, and why this may be Changing." *Journal of Evolutionary Economics* 22(5), 901-916.
- Nelson, R.R., Dosi, G., Helfat, C.E. and Winter, S.G., 2018. *Modern evolutionary economics: An overview*.
- O'Sullivan, M. 2005. "Finance and Innovation." In J. Fagerberg, D.C. Mowery and R.R. Nelson (eds). *The Oxford Handbook of Innovation*. NY Oxford University Press, pages 235-283.
- Penrose, E. 1959. *The Theory of the Growth of the Firm*. NY, Oxford Univ Press: Publisher.
- Pérez, C. (2002). *Technical revolutions and financial capital. The Dynamics of Bubbles and Golden Ages*. Cheltenham. Elgar.
- Pomeranz, K., 2000. *The Great Divergence - China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton University Press.
- Possas M. 1984. *Dinâmica e Concorrência Capitalista. Uma Interpretação a partir de Marx*. Hucitec.
- Possas: Possas, M.L., 1987. Para uma releitura teórica da Teoria Geral (in) *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 16(2) IPEA.

- Possas, Mario, 2008. "Economia evolucionária Neo-Schumpeteriana: elementos para uma integração micro-macrodinâmica." *Estudos avançados* 22.63: 281-305.
- Powell, W: 1991. "Expanding the scope of institutional analysis" in Powell & Di Maggio eds: *The New Institutionalism in Organizational Analysis* Chicago University Press .
- Reinert, E. 2007. *How Rich Nations Got Rich ... And Why Poor Countries Stay Poor*. Place: Constable Press.
- Robinson, J. 1978. *Contributions to modern economics*. NY , Academic Press. Pp 129-142.
- Rosenberg, N., 1976. *Perspectives on technology*. CUP.
- Rosenberg, N 1994: "Schumpeter: Radical Economist" in in Shionoya , Y and Perlman, M (eds.) *Schumpeter in the History of Ideas*, Michigan, Michigan Univ Press. Pages: 41-59
- Rosenberg, N. and C.R. Frischtak. 1984. "Technological Innovation and Long Waves." *Cambridge Journal of Economics* 8(1), 7-24.
- Rumelt, R.P., 1984. Towards a strategic theory of the firm. *Competitive strategic management*, 26(3), pp.556-570.
- Ruttan, V. 2006. *Is War Necessary for Economic Growth?* NY Oxford University Press
- Samuelson, P.A. 1998. "Summing up on Business Cycles: Opening Address." *Conference Series – Federal Reserve Bank of Boston* 42. Boston: Federal Reserve Bank of Boston.
- Sanderson, Initial. and Initial. Forsythe. 2012: *China's Superbank*. NY Bloomberg.
- Schumpeter, J.A. 1912. *The Theory of Economic Development*. NY Oxford University Press, Kindle Edition.
- Schumpeter, J.A. 1928. *The Instability of Capitalism*. In Clemence , R , (ed) *Essays by J.A Schumpeter*. NY Transaction Books, 2005.
- Schumpeter, J.A. 1935. *The Analysis of Economic Change*. In Clemence 2005, pages.134 149
- Schumpeter, J.A. 1939. *Business Cycles* (2 vols). New York: Mac-Graw Hill.
- Schumpeter, J.A. 1939. *Business Cycles* (Abridged Edition by Fels, R , 1964 NY Porcupine Press. Kindle Edition.
- Schumpeter, J.A. 1942. *Capitalism, Socialism and Democracy*. NY Routledge.
- Schumpeter, J.A. 1949a. "Economic Theory and Entrepreneurial History." In Clemence 2005, 134-149.
- Schumpeter, J.A. 1949b. "English Economists and the State-Managed Economy." In Clemence 2005, pages. 306-321
- Schumpeter, J.A. 1949c. "The Historical Approach to Business Cycles." In Clemence 2005, pages.322-330
- Schumpeter, J.A. 1954. *History of Economic Analysis*. E.B. Schumpeter (ed). NY Oxford University Press.
- Shackle, G. 1967. *Time in Economics*. London North-Holland.
- Shionoya, Y. 1995. *Schumpeter and the idea of social science: a metatheoretical study*. London. Cambridge University Press
- Srinivasan, B. 2017. *Americana: A 400-Year History of American Capitalism*. London Penguin Publishing Group. Kindle Edition.
- Swedberg, R. 1991. *Schumpeter: A Biography*. Place: Princeton University Press.
- Swedberg, R. 1991 b (ed): J A Schumpeter – *The Economics and Sociology of Capitalism*. Princeton University Press.
- Taylor, T.M. 2016. *The Politics of Innovation: Why some Countries are Better than others at Science and Technology*. NY Oxford University Press.
- Teece, D.J. 1998. "Capturing Value from Knowledge Assets: The New Economy, Markets for Know-how, and Intangible Assets." *California Management Review* 40(3), 55-79.
- Teece, D. and G. Pisano. 1994. "The Dynamic Capabilities of Firms: An Introduction." *Industrial and Corporate Change* 3(3), 537-556.
- Tinbergen, J. 1951. "Schumpeter and Quantitative Research in Economics." *The Review of Economics and Statistics*, 109-111.
- Tugan-Baranovsky, M. 1921 [Edição original de 1906]. *El Socialismo Moderno*. Reus, Madrid.
- Vaughn, K.I., 1994. *Austrian economics in America: The migration of a tradition*. Cambridge University Press.
- Taylor, M.Z., 2016. *The politics of innovation: Why some countries are better than others at science and technology*. Oxford University Press.
- Wernerfelt, B., 1984. A resource-based view of the firm. *Strategic management journal*, 5(2), pp.171-180.
- Winter S. 1964. "Economic 'natural selection' and the theory of the firm", *Yale Economic Essays*, vol. 4, 225-272

- Winter S. 1975. "Optimization and evolution in the theory of the firm", in R. H. Day, T.Groves (eds.) *Adaptive Economic Models*, New York, Academic Press: 73-118
- Winter, S.G. 2003. "Understanding Dynamic Capabilities." *Strategic Management Journal* 24(10), 991-995.
